

Educação é um Direito:

A experiência do projeto Territórios em Rede em Eldorado do Carajás

Eldorado do Carajás

Pará

Territórios
em Rede



Educação é um Direito:

A experiência do projeto Territórios em Rede em Eldorado do Carajás

Eldorado do Carajás

Pará
2024

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:



Ficha Técnica

FUNDAÇÃO VALE

Malu Paiva

Presidente do Conselho de Curadores

Flavia Constant

Diretora Presidente

Pâmella De-Cnop

Diretora Executiva

Fernanda Fingerl

Gerente de Metodologias Sociais

Marcus Finco

Gerente Norte

Andreia Prestes

Analista Especialista de Metodologias

Marluce Braz

Analista de Metodologias

Juliana Barreto

Analista Norte/Nordeste

Fabio Macedo

Comunicação Fundação Vale

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Natacha Costa

Diretora Executiva

Paula Patrone

Diretora Institucional

Raiana Ribeiro

Diretora de Programas

Roberta Tasselli

Diretora de Comunicação para o Desenvolvimento

Eliana Sousa Silva

Consultora Metodológica

Julia Ventura

Gestora Estratégica

Gisele Martins

Gestora Estratégica de Campo

Dalcio Marinho

Gestor Estratégico de Produção de Conhecimento

Ana Paula Santana Rodrigues

Felipe Tau

Gestão Executiva

Bianca Cambiaghi

Filipe Mendonça

Gestão de Monitoramento e Avaliação

Dani Moura

Isys Remião

Gestão de Comunicação

Elza Sousa

Gestão Geral de Campo

Ana Karla Galindo

Diego Vieira

Gestão de Polo

Sabrina Bairros

Luciana Souza

Analistas de Comunicação

Jaqueline Maria Ferreira de Souza

Assistente de Comunicação

Marco Faganello

Analista de Monitoramento e Avaliação

Fernando Nascimento

Assistente Monitoramento e Avaliação

Gabriel Oliveira Carvalho

Assistente de Projeto

Equipe Territórios em Rede
Eldorado do Carajás

Diego Vieira
Kirliane de Jesus

Gestão Local

Célio Cavalcante
Deiarla Cristina Borges da Silva
Railany Gomes
Selineide de Oliveira Brito

Articulação

Evidências e Sistematização

Miriam Krenzinger
Consultora

Natália Guindani
Coordenação

Bruna Musumeci
Luiza Santos
Pesquisadoras

Fernando Mendes
Assistente de pesquisa

Julia Ventura
Natacha Costa
Raiana Ribeiro
Revisão Técnica

Gláucia Cavalcante
Gustavo Abumrad
Projeto Gráfico

Derick Ramon
Diagramação

Elizete Munhoz Ribeiro
Revisão de textos

Daniele Moura
Isys Remião
Revisão Final

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação é um direito: a experiência do projeto
Territórios em Rede em Eldorado do Carajás/
Miriam Krenzinger... [et al.];
organização Eliana Sousa Silva...[et al.];
coordenação Associação Cidade Escola Aprendiz. 1. ed.
São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2024.
PDF

Outros autores: Natália Guindani, Bruna Musumeci,
Luiza Santos, Fernando Mendes, Julia Ventura,
Dalcio Marinho.

Outros organizadores: Julia Ventura, Natacha Costa,
Raiana Ribeiro.
ISBN 978-85-64569-32-4

1. Crianças e adolescentes – Educação 2. Direito à educação
3. Educação – Projetos 4. Exclusão escolar
5. Políticas educacionais

I. Krenzinger, Miriam. II. Guindani, Natália.
III. Musumeci, Bruna. IV. Santos, Luiza. V. Mendes, Fernando.
VI. Ventura, Julia. VII. Marinho, Dalcio. VIII. Silva, Eliana Sousa.
IX. Associação Cidade Escola Aprendiz. X. Ventura, Julia.
XI. Costa, Natacha. XII. Ribeiro, Raiana.

24-236560

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Projetos educacionais: Planejamento e gestão: Educação 370

Eliete Marques da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9380

Apresentação

A Fundação Vale, criada há mais de 50 anos, tem a missão de contribuir para o desenvolvimento social dos territórios onde a Vale atua. Por meio do fortalecimento de políticas públicas e da atuação conjunta com instituições parceiras, soma esforços para transformar a realidade dos públicos atendidos pelos seus programas.

Atualmente, a Fundação Vale desenvolve atividades principalmente em cinco estados – Pará, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro –, e conta com uma rede de parceiros institucionais, executores e investidores para potencializar seu trabalho nos campos de Educação, Saúde, Assistência Social e Geração de Renda.

Fazem parte dessa rede as secretarias municipais, instituições e empresas privadas e públicas, além de organizações do terceiro setor com experiência em políticas públicas, como a Associação Cidade Escola Aprendiz, entre outros.

No campo da Educação, a Fundação Vale foca hoje no desenvolvimento de ações de fortalecimento dos processos de alfabetização e de combate à exclusão escolar, visando a promoção do Direito à Educação de qualidade para todos.

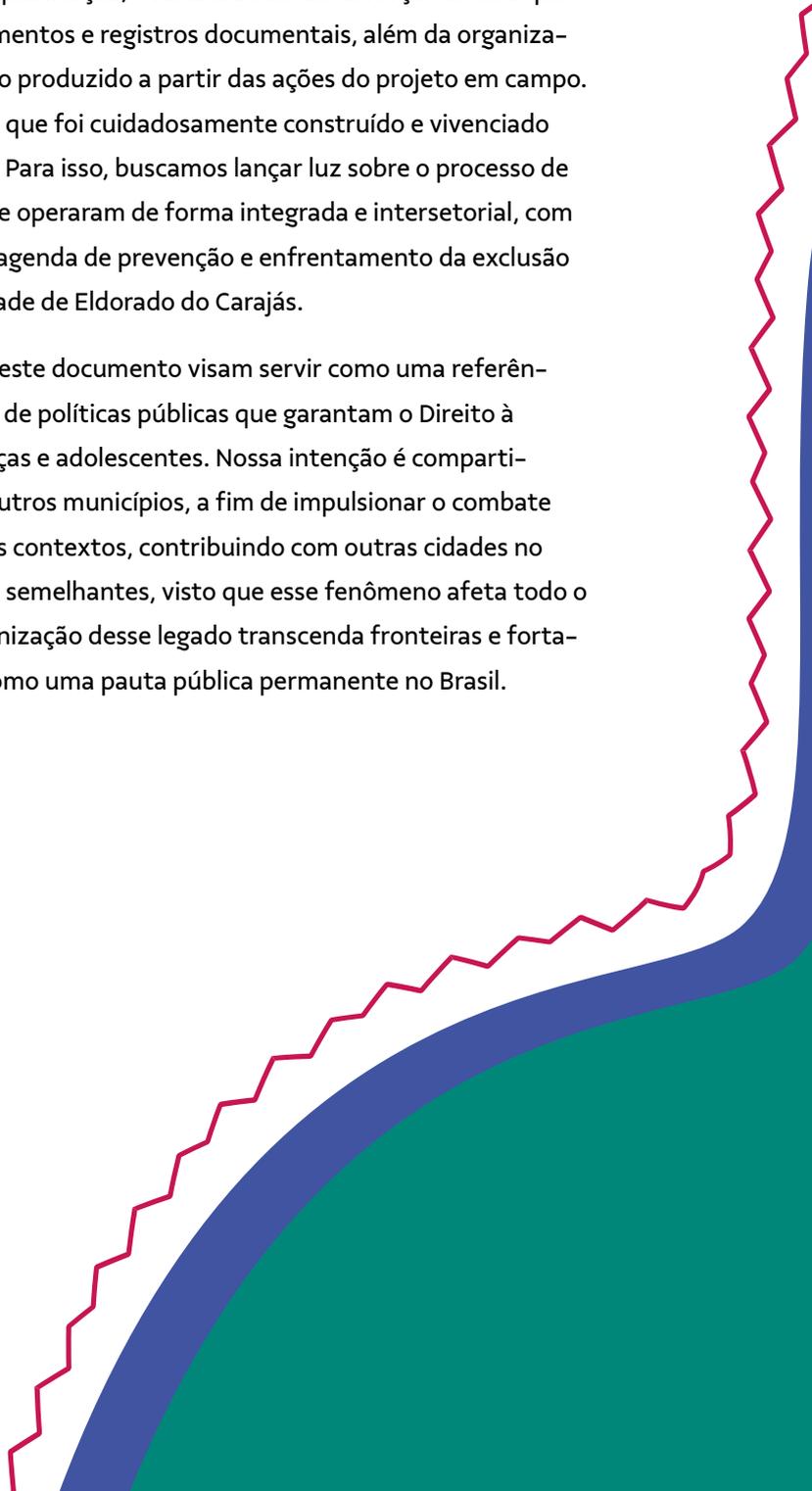


www.fundacaovale.org

A sistematização da experiência do projeto Territórios em Rede em Eldorado do Carajás, apresentada nesta publicação, é resultado de um esforço coletivo que envolveu a coleta de depoimentos e registros documentais, além da organização de todo o conhecimento produzido a partir das ações do projeto em campo. Nosso objetivo é destacar o que foi cuidadosamente construído e vivenciado ao longo dessa experiência. Para isso, buscamos lançar luz sobre o processo de cocriação de estratégias que operaram de forma integrada e intersetorial, com o propósito de promover a agenda de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar em toda a comunidade de Eldorado do Carajás.

Os registros consolidados neste documento visam servir como uma referência para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o Direito à Educação de todas as crianças e adolescentes. Nossa intenção é compartilhar dados e análises com outros municípios, a fim de impulsionar o combate à exclusão escolar em novos contextos, contribuindo com outras cidades no enfrentamento de desafios semelhantes, visto que esse fenômeno afeta todo o país. Esperamos que a organização desse legado transcenda fronteiras e fortaleça o Direito à Educação como uma pauta pública permanente no Brasil.

CIDADE ESCOLA
APRENDIZ



Sumário

5 Apresentação

9 Introdução

9 O projeto Territórios em Rede

14 O município de Eldorado do Carajás (PA)

19 A implementação do Territórios em Rede em Eldorado do Carajás

19 Pressupostos Éticos e Conceituais

23 Passos Estruturantes

65 Perfil de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Eldorado do Carajás

65 Observações Gerais

70 Destaques

75 Cenários da exclusão escolar

75 Motivos da exclusão escolar

77 Casos Ilustrativos

80 Intersetorialidade

83 Resultados e impactos

84 Métodos de Identificação e Resultados

86 Incidência Política

95 Considerações e aprendizagens



Introdução

O projeto Territórios em Rede

A Fundação Vale, em parceria com a Cidade Escola Aprendiz, iniciou a implementação do Territórios em Rede (TR) em 2020, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento social e territorial de municípios, a partir da agenda de enfrentamento da exclusão escolar. Por meio da articulação de setores governamentais e não governamentais, o projeto incentivou o desenvolvimento de políticas públicas e ações que visavam contribuir para a garantia do acesso e da permanência de crianças e adolescentes na Rede pública de ensino, tendo iniciado suas ações nos municípios da Serra (ES) e Marabá (PA), expandindo-se, em 2021, para outros municípios no Espírito Santo, Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro.

- Em nível nacional, a pandemia da covid-19 agravou o risco de exclusão escolar, afetando, principalmente, crianças e adolescentes que já enfrentavam dificuldades na Educação. Isso ampliou as já existentes desigualdades de acesso e permanência na escola, com mais de cinco milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos não matriculados ou sem acesso à aprendizagem, sendo que mais de 40% de crianças de 6 a 10 anos, tinham acesso à escola praticamente universal, antes da pandemia.¹

¹ Dados do relatório Cenário da Exclusão Escolar no Brasil, publicado em 2021 pelo Unicef a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019.

Sob estas condições, a iniciativa destaca e enfatiza a importância da efetivação do Direito à Educação no Brasil, previsto na Constituição Federal de 1988, como um esforço conjunto do Estado e da sociedade.

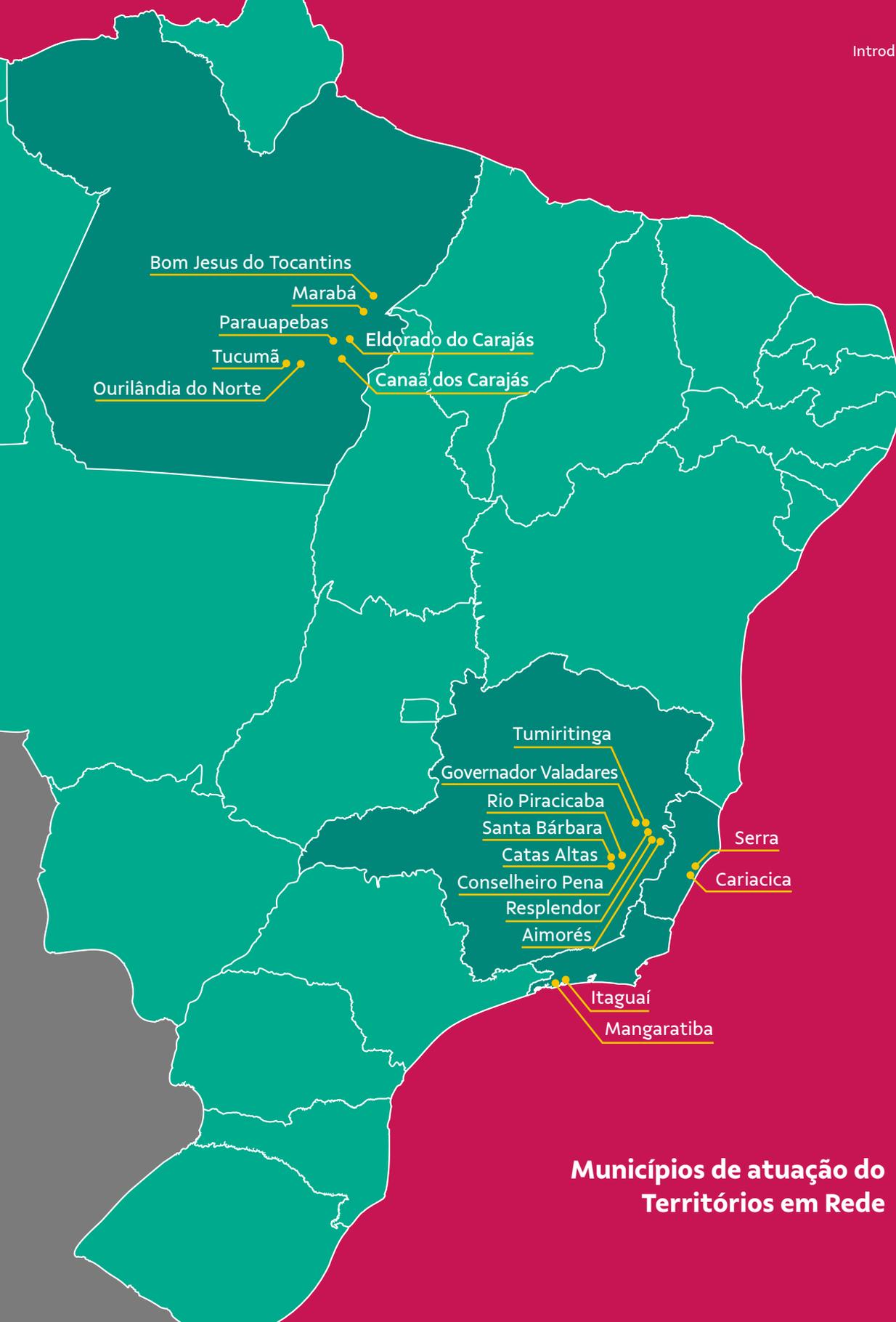
Numa perspectiva ético-política e legal, garantir o acesso à Educação como um direito fundamental requer a implementação de ações estruturadas e direcionadas para interromper a perpetuação e a reprodução das desigualdades sociais e diversas formas de violência que afetam, sobretudo, a população pobre, negra e infantojuvenil de nosso país.

Deste modo, a garantia de uma Educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes está intimamente relacionada ao caráter inclusivo da escola e, por conseguinte, à redução da pobreza e das desigualdades sociais – desafio que se complexificou com as crises econômica, ambiental e sanitária que assolaram nosso país nos últimos anos, afetando em especial as crianças e os territórios mais pobres, por estarem mais vulnerabilizados e desassistidos pelas políticas públicas e pelas redes de proteção social.

O Territórios em Rede começou suas atividades em julho de 2020, nos municípios de Serra (ES) e Marabá (PA), que foram referências para a expansão da iniciativa para outros 17 municípios do país, ao longo dos anos subsequentes. Entre 2021 e 2024, o projeto foi realizado em municípios que abrangem mais de 2 milhões de pessoas.

Durante quatro anos de atuação contínua, o projeto, considerando diferentes tipos de atividades – formações, apoio à gestão, levantamento de dados, etc. –, conseguiu reintegrar um número expressivo de crianças e adolescentes ao sistema educacional. Este resultado demonstra o potencial da abordagem intersetorial e interdisciplinar, com destaque na **Busca Ativa escolar** como estratégia eficaz para assegurar Educação e proteção social, especialmente àqueles que se encontram sob violações de direitos.

Desde a sua concepção, o Territórios em Rede enfatizou a importância da incidência política, visando à estruturação e à articulação de políticas públicas



**Municípios de atuação do
Territórios em Rede**

sustentáveis, para a prevenção da exclusão escolar. As experiências acumuladas reforçam a compreensão de que abordagens isoladas em políticas sociais podem resultar em ações fragmentadas que, com frequência, não conseguem alcançar o impacto desejado na prevenção da exclusão escolar, especialmente considerando-se a complexidade dos fatores que afetam as condições de vida dos segmentos mais vulneráveis da população.

Especialmente durante a pandemia da covid-19, a Busca Ativa escolar mostrou-se uma estratégia essencial para apoiar e fortalecer o diálogo entre as unidades escolares, os demais agentes do Sistema de Garantia de Direitos e as famílias. Essa articulação permitiu que situações de insegurança alimentar, violência doméstica, dentre outras violações de direitos, fossem identificadas e encaminhadas pela rede de proteção local, reafirmando a escola pública brasileira não apenas como um equipamento capaz de promover aprendizagens e o desenvolvimento de crianças e adolescentes, mas também uma estrutura fundamental para o acesso aos demais direitos sociais.

Como ponto de partida, o Territórios em Rede assumiu o conceito de exclusão escolar² ou desvinculação escolar, como um fenômeno complexo e multidimensional que afeta crianças e adolescentes que:

- estão sem acesso à unidade escolar;
- possuem acesso à unidade escolar e estão matriculados, mas não frequentam regularmente as atividades escolares;
- não estão matriculados, devido a múltiplos fatores psicossocioculturais;
- não estão matriculados, devido à falta de vagas na Rede pública de ensino e/ou vagas próximas a suas residências;
- evadiram ou abandonaram o sistema educacional;

2 Julia Ventura, gestora estratégica do Territórios em Rede, em sua tese de Doutorado (2021) demonstrou que fatores como discriminação racial e de gênero, pobreza urbana e rural, violência e baixa escolarização familiar são alguns dos desafios enfrentados para o acesso e a permanência na escola. Também estão entre os mais excluídos meninas e meninos com deficiência, migrantes, quilombolas e indígenas, em situação de trabalho infantil, que vivem em unidades de acolhimento institucional, sofrem algum tipo de exploração ou estão em conflito com a lei. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54745/54745.PDF>

- foram afetados por situação de calamidade pública, desastres ambientais, epidemias e/ou crise sanitária, com riscos à sua saúde e a de seus familiares, e não participam de nenhum programa educacional oficial estruturado.

Dessa forma, a exclusão escolar é entendida como um problema sistêmico, causado pelas profundas desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais que nos caracterizam como sociedade. Por isso, os caminhos para sua superação demandam uma atuação permanente, mas também urgente e prioritária, até que seja definitivamente erradicada.

De olho na legislação

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e o Plano Nacional de Educação (2014–2024), o Brasil estabeleceu metas ambiciosas e necessárias, que estão, ainda, distantes de serem alcançadas. Uma delas é a universalização do Ensino Fundamental de nove anos, para crianças de 6 a 14 anos, com a meta de que, pelo menos, 95% delas concluam essa etapa na idade recomendada. Além disso, o Plano busca universalizar a Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos; expandir a oferta da modalidade em creches, para atender, pelo menos, metade das crianças de até 3 anos de idade no país; e aumentar a taxa de matrículas de adolescentes, entre 15 e 17 anos, no Ensino Médio, para 85%.

Por isso, a Fundação Vale e a Cidade Escola Aprendiz compreendem o Territórios em Rede como iniciativa-chave para o enfrentamento da exclusão escolar, respeitando as diversidades de cada território. A proposta oferece caminhos para o desenvolvimento territorial em múltiplas frentes, reconhecendo as capacidades técnicas dos agentes e sua possibilidade de criar a metodologia a partir de suas necessidades.



Foto: João Vitor-Norte Sul Studio

O município de Eldorado do Carajás (PA)

Eldorado do Carajás é um município localizado no sudeste do estado do Pará. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua extensão territorial é de quase 2.957 km², sendo que, deste total, cerca de 8 km² constitui uma área urbanizada.³

Assim como as demais cidades da região, a história de Eldorado teve início com os grandes projetos de mineração implementados pela Ditadura Militar, ao longo da década de 1970. O Projeto Grande Carajás (PCG) teve grande importância nessa trajetória que, além da extração mineral, efetuou empreendimentos de produção agrícola, de transformação e beneficiamento mineral e de produção energética, além de infraestruturas logísticas e de comunicação, em boa parte da Região Norte brasileira.⁴

Mais especificamente, sua origem está na Fazenda Abaeté, que se localizava no município de Marabá. Com o crescente interesse econômico na região, sua população aumentou – o que em grande parte se deve ao surgimento do garimpo de Serra Pelada. Logo, tornou-se distrito de Marabá.

Após o desdobramento dessa unidade administrativa, em 1988, surgiu Curionópolis, englobando o território de Eldorado, que passou a ser distrito

³ Disponível em: <https://eldoradodocarajas.pa.gov.br/o-municipio/historia/tps://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/eldorado-do-carajas/historico>

⁴ Disponível em: <https://eldoradodocarajas.pa.gov.br/o-municipio/historia/>

Casas populares do loteamento Jardim Eldorado,
em Eldorado do Carajás, em 2021.



Foto: Hallel

deste novo município. Mas, em 1991, foi Eldorado do Carajás que se emancipou de Curionópolis.

O nome do município aparece a partir do mito europeu que, no contexto da colonização das Américas, imaginava uma cidade toda feita de ouro, supostamente oculta em meio às selvas sul-americanas, e que levou muitos conquistadores a se aventurarem, inutilmente, por florestas e montanhas. Quanto ao complemento do primeiro nome, se deve à proximidade com a Serra dos Carajás, que herdou essa denominação de um dos povos indígenas originários da região – os Karajás – que se espriam ainda pelos estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins.

Infelizmente, o município tem, em sua história, um episódio trágico, que expõe as tensões fundiárias que marcam boa parte do território nacional. Em abril de 1996, um grupo composto por centenas de agricultores, militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bloqueou a Rodovia PA-150, em protesto contra a demora do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na desapropriação da Fazenda Macaxeira. Como reação, a Polícia Militar cercou os manifestantes e abriu fogo, resultando no evento que ficou conhecido internacionalmente como o “Massacre de Eldorado do Carajás”, no qual 21 pessoas foram vitimadas pela brutalidade policial.

A fim de homenagear os mortos da chacina, foi erguido o monumento “Eldorado Memória”, idealizado e projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, inaugurado em setembro de 1996, mas destruído pouco depois. Em resposta a esse ato de vandalismo, em 1999, as lideranças do MST convidaram o dramaturgo Dan Baron Cohen para criar um novo monumento, no local do massacre. Cerca de 800 sobreviventes realizaram a obra, que veio a ser batizada como “As Castanheiras de Eldorado do Carajás”.

Segundo o Censo de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Eldorado do Carajás possui 28.192 habitantes. A população é composta por 19.198 pessoas pardas (68,1%), 3.409 pretas (12,9%) e 37 indígenas (0,1%). Os brancos e amarelos somam, respectivamente, 5.526 (19,6%) e 22 (0,1%) pessoas.

Em 2022, havia 3.332 pessoas ocupadas em emprego formal, ou seja, quase 12% da população. O rendimento médio de trabalhadores formalizados era de 1,9 salários mínimos.⁵

No mês de julho de 2024, o município teve 8.781 famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), sendo 3.721 (42%) em situação de pobreza. Essas famílias somavam 21.583 pessoas, com 11.385 (53%) em situação de pobreza. Para fins dos programas de renda do Governo Federal, conforme a Lei 14.601, de 19 de junho de 2023, a família em



O Monumento das Castanheiras Mortas é um monumento em Eldorado do Carajás, que foi inaugurado em 17 de abril de 1999.

Foto: Hallel

⁵ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/eldorado-do-carajas/panorama>

situação de pobreza é aquela cuja renda mensal *per capita* não ultrapassa R\$ 218,00.

A atualização do Cadastro a cada dois anos é requisito para o recebimento de algum benefício dos programas sociais do Governo Federal (por exemplo, Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, BPC, entre outros). Em julho de 2024, 79% das famílias estavam com o cadastro atualizado. Porém, entre as famílias com renda mensal *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, a atualização cadastral estava em 86% do total.

No mês de julho de 2024, Eldorado do Carajás teve 3.976 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Essas famílias reúnem 12.630 pessoas e totalizaram uma transferência mensal de R\$ 2.930.689,00 resultando em um benefício médio de R\$ 732,28 por família.

Em maio de 2024, 5.077 beneficiários de 4 a 17 anos de idade tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de Educação no município de Eldorado do Carajás. No período, foram acompanhados 75,4%, o que significa 3.828 beneficiários entre 4 e 17 anos (a cobertura nacional de acompanhamento foi de 80,6%). Entre crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiários do Bolsa Família que tiveram o acompanhamento da condicionalidade da Educação, 99,7% a cumpriram (quer dizer que tiveram 60% de frequência escolar para crianças de 4 e 5 anos; e de 75%, para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos). As taxas de cumprimento da condicionalidade por faixa etária em Eldorado do Carajás foram de 100%, para crianças de 4 e 5 anos; 99,9%, na faixa etária de 6 a 15 anos; e 98%, para adolescentes de 16 e 17 anos.

- **Importante!**

- A situação de pobreza é
- caracterizada pela renda
- mensal de, no máximo, R\$
- 218,00 por pessoa. Se a renda
- mensal não ultrapassar R\$
- 109,00 por pessoa, a família
- é classificada em situação de
- extrema pobreza.

- *Fonte:* Ministério do
- Desenvolvimento e Assistência
- Social, Família e Combate à
- Fome, Governo Federal, 2024.



A implementação do Territórios em Rede em Eldorado do Carajás

Pressupostos Éticos e Conceituais

Direito à Educação

O projeto Territórios em Redes (TR) tem como principal fundamento a defesa do Direito à Educação, que deve se concretizar a partir da corresponsabilização de diferentes setores da sociedade. Sob essa perspectiva, o projeto desenvolve ações formativas em diferentes frentes, criando estratégias em diálogo com múltiplas equipes e setores com os quais se relaciona.

Para assegurar o Direito à Educação para crianças e adolescentes, o Territórios em Rede defende não apenas a centralidade da escola, mas sua articulação ao Sistema de Garantia de Direitos e aos demais equipamentos que atendem à infância, à adolescência e suas famílias, nas mais diferentes configurações.

Na escola, o estudante deve estar no centro do processo educativo, considerando-se suas necessidades, interesses e contexto sociocultural – o que significa reconhecer a singularidade de cada sujeito e território, promovendo estratégias pedagógicas adequadas a cada um e a cada uma.



“O Direito à Educação opera como um multiplicador. Ele potencializa todos os demais direitos humanos quando garantido e impede o gozo da maior parte deles quando negado.”

Katarina Tomasevski, 1ª relatora do Direito à Educação da Organização das Nações Unidas

Território e Intersetorialidade

Ao mesmo tempo, o Territórios em Rede compreende o papel do território no desenvolvimento das políticas educacionais, particularmente, para a efetiva inclusão de crianças e adolescentes que, por diferentes razões, estão fora da escola ou em risco de evasão escolar. Nesse sentido, os seguintes aspectos se destacam como seus pressupostos:

Contexto

O **território é contexto**. Como tal, expressa as identidades, a cultura, as condições de vida e a história das pessoas. Por isso, a construção de vínculos entre educadores e estudantes e a pertinência do projeto pedagógico (condições essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento) dependem do reconhecimento e da integração da questão territorial.

Participação

A **gestão democrática** só se realiza na integração com o território, já que a participação efetiva das famílias e da comunidade depende de que as pessoas se sintam reconhecidas como parte do processo educativo e corresponsáveis por apoiar o acesso à Educação de crianças e adolescentes.

Conhecimento

O **território**, seja ele qual for, é **rico em interações significativas** em estado potencial. Pessoas, saberes, recursos diferenciados podem ser articulados ao itinerário formativo dos estudantes, enriquecendo seu repertório, garantindo novas aprendizagens, ampliando seu olhar sobre o território e fortalecendo sua autonomia para estabelecer conexões possíveis que estão além das instituições.

Articulação Intersetorial

Para que crianças e adolescentes possam acessar a escola e aprender, é necessário criar condições para a sua **educabilidade** (Tedesco; López, 2002).⁶ Ou seja, é fundamental que condições dignas de vida e seus direi-

6 TEDESCO, J. C.; LÓPEZ, N. "Algunos dilemas de la educación secundaria en América Latina". *REICE – Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, vol. 2, n. 1, jan-jun, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120103>.

tos sejam observados. Para isso, é importante contar com a interlocução permanente e com o trabalho integrado a equipamentos e agentes de todos os setores que tiverem contribuições a dar ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes (saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte e lazer, etc.).

Redes territoriais

Para tanto, é preciso reconhecer a importância das redes territoriais na promoção do Direito à Educação, na sua salvaguarda e na garantia dos demais direitos humanos.

Denominamos **redes territoriais** os coletivos, organizações que se formam no âmbito dos territórios e que envolvem diferentes atores sociais – ativismo comunitário, sociedade civil organizada, gestão pública, etc. – articulados em torno de temáticas e/ou objetivos comuns. Com estruturas flexíveis, as redes costumam reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa.

As redes de organizações territoriais podem ser constituídas de modo informal ou formal. Nas redes informais, observa-se a articulação de **ações comunitárias e projetos locais**, que podem estar conectados e em parceria com indivíduos e coletivos sociais envolvidos em causas e pautas comuns. Estas organizações, comumente, se reúnem para discutir propostas de desenvolvimento local e trocar informações sobre o território e os problemas da região.

Como estrutura formalizada, podemos compreender a criação de **redes de proteção social**, estabelecidas no conjunto de serviços e setores governamentais que atuam de modo integrado, buscando alinhamentos para assistir às pessoas, em vez de apenas encaminhá-las de um serviço para o outro. As redes formais são formalizadas a partir de programas e políticas públicas intersetoriais no nível

- **Importante!**
- Como princípio orientador,
- a **rede de proteção social territorial** desenvolve
- estratégias de integração
- dos agentes locais, buscando
- superar a lógica dos encaminhamentos por uma abordagem integrada, que prioriza a
- criação de comitês multidisciplinares de referência para
- cada família atendida.

dos territórios. Tais redes possibilitam alinhar agendas e unificar cadastros e sistemas de informação, dentro de uma lógica de colaboração.

A **escola compõe ou dialoga diretamente com as redes** – informais e formais – como parte integrante da dinâmica local do território em que se insere. Como um ator da comunidade atuante na melhoria das suas condições de vida e de desenvolvimento, a escola apoia o protagonismo de crianças e adolescentes no processo de aprendizagem, com foco na capacidade que têm de produzir conhecimento e atuar nas transformações de suas próprias vidas e da comunidade à qual estão inseridos.

Importância do Projeto Político Pedagógico (PPP)

A garantia do Direito à Educação pressupõe a articulação e a colaboração entre a escola e diferentes setores, organizações e sujeitos do território. O PPP é uma estratégia para materializar e concretizar relações no ambiente escolar, construído e monitorado colaborativamente, tornando-se instrumento essencial de democratização da gestão e do conhecimento.

A partir da articulação e mobilização de redes que envolvem diferentes agentes, programas, políticas públicas e iniciativas locais buscam-se condições contínuas para acesso à Educação, com garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes. Conectados por um objetivo comum, estes diferentes atores e instituições podem construir uma prática territorial interseccional com participação comunitária.

A atuação em rede torna-se central para a efetivação da política educacional, com a participação ativa de famílias e da comunidade local. A abordagem está fundamentada em uma visão de escola pública participativa e democrática, com ênfase no desenvolvimento comunitário sustentável e na garantia do Direito à Educação de crianças e adolescentes.

Passos Estruturantes

O Territórios em Rede ampliou suas atividades no Pará, em 2021, envolvendo os municípios de Eldorado do Carajás, Bom Jesus do Tocantins, Canaã dos Carajás e Parauapebas. Em Eldorado do Carajás, a iniciativa foi implementada a partir de julho de 2021.

Inicialmente, a Fundação Vale e a equipe gestora realizaram uma apresentação para as Prefeituras locais, com a presença das secretarias municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. Esses encontros foram estratégicos para iniciar as visitas às instituições públicas e tiveram como objetivo alinhar procedimentos e começar o trabalho de campo.

Conhecendo o território

Após as pactuações e alinhamentos iniciais com a gestão pública, a equipe gestora se concentrou em estabelecer as bases para a implementação de sua metodologia e alcançar suas metas centrais:

Meta primária

Reinserir **700** crianças e/ou adolescentes na escola, considerando-se a estimativa de haver, aproximadamente, **1.600** fora da escola ou em risco de evasão no município. Esta meta pretendia atingir 44% do público estimado.

Meta secundária

Incidir sobre as políticas públicas, de modo a fomentar a sustentabilidade das ações de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, a partir de ações intersetoriais da gestão pública.

A meta primária foi calculada com base na relação entre as informações obtidas por meio do Diagnóstico Socioterritorial e a capacidade da equipe de campo disponível à época. Para apoiar a meta principal, foram estabelecidos indicadores de processo, que serviam ao monitoramento das atividades planejadas e executadas. A segunda meta teve como objetivo apoiar o

trabalho das Secretarias, a partir da estruturação de estratégias permanentes e intersetoriais.

Para alcançar os objetivos e metas previstos, deu-se início a um conjunto de ações estratégicas. Enquanto algumas aconteceram no início da implementação, outras foram realizadas, continuamente, ao longo de todo percurso do Territórios em Rede:

- **Estruturação e Formação das equipes** de campo e planejamento;
- **Articulação Intersectorial com a criação de um Comitê Gestor Intersectorial** com foco na questão da exclusão escolar;
- **Diagnóstico Socioterritorial** para levantamento de dados e de informações sobre o município;
- **Formação em Serviço:** capacitação de agentes públicos e da sociedade civil para a incorporação da metodologia, conferindo sustentabilidade às ações implementadas;
- **Comunicação Comunitária e Mobilização Social:** estratégias de comunicação a fim de sensibilizar e mobilizar o município para a agenda do enfrentamento à exclusão escolar;
- **Busca Ativa e Articulação no território:** trabalho de campo focado na identificação das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar (visitas domiciliares e contato telefônico), bem como a mobilização de agentes, organizações sociais e equipamentos públicos em nível territorial;
- **Avaliação e Monitoramento:** cadastro de casos em sistema próprio, permitindo a construção de banco de dados com informações socioeconômicas de cada criança, adolescente e família atendidas;
- **Sistematização da Metodologia** discutindo aprendizagens e legado sobre a incidência política do projeto no município.

Uma vez que a iniciativa tinha como foco garantir o acesso e a permanência na escola, mantendo o vínculo de estudantes e famílias com as unidades escolares

e assegurando sua proteção social, articular a rede de proteção social existente no município era condição necessária para o retorno às aulas e na prevenção do risco crescente de exclusão escolar.

A equipe para o trabalho de campo foi composta por um gestor e quatro articuladores locais que, além de residirem no município, detinham conhecimento do território e da oferta de serviços públicos pela rede intersetorial daquela localidade.

Desenho para a implementação*



*Adaptação a partir do desenho de equipe do Territórios em Rede com vistas à sua replicação.

A equipe de Eldorado do Carajás
em Busca Ativa escolar. Nov/2021



Foto: João Vitor Norte Sul Studio

Formação inicial e continuada da equipe

Em meio a um cenário desafiador, o projeto em Eldorado do Carajás não apenas avançou na sua estruturação, mas promoveu um ciclo formativo para a equipe que seria responsável pela implementação da experiência nos territórios, e criou canais de comunicação, visando a ações integradas entre as Secretarias de Educação, de Saúde e de Assistência Social.

O processo formativo abordou princípios do Direito à Educação, formação de redes e ação intersetorial, além de considerar a importância de um olhar complexo e multidimensional sobre o território, a metodologia da Busca Ativa, ações técnicas no uso de aplicativos e, ainda, a inserção de dados para monitoramento e acompanhamento dos casos identificados.

A formação levou em conta o planejamento e a implementação de estratégias voltadas à consolidação da rede de proteção de crianças e adolescentes identificados, seguindo os pressupostos da legislação brasileira pertinente ao tema.

Foco na legislação!

Constituição Federal 1988

estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à Saúde, à alimentação, à Educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.⁷

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990

reforça os direitos de crianças e adolescentes, garantindo proteção integral e priorizando o bem-estar deste público. A lei também estabelece diretrizes para a criação de políticas públicas voltadas para este segmento da população.⁸

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 1996

apresenta as diretrizes e bases da Educação nacional, garantindo o Direito à Educação e estabelecendo normas para sua organização.⁹

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental com duração de nove anos 2010

orientam a formulação dos currículos para o Ensino Fundamental, garantindo a inclusão e a qualidade da Educação.¹⁰

7 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: Presidência da República, [1988/2023]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

8 BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília/DF: Senado Federal, 1990. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/598834/Eca_normas_correlatas.pdf

9 BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Brasília/DF: Diário Oficial da União. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

10 BRASIL. **Resolução CNE/CEB 7/2010**. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf



A equipe de Eldorado do Carajás em
mutirão de Busca Ativa escolar. Nov/2021

Foto: João Vitor Norte Sul Studio

Equipe em campo

A equipe em Eldorado do Carajás entrou em campo no mês de novembro de 2021. Para melhor identificar os articuladores, a equipe atuava uniformizada e foi apresentada por um vídeo, divulgado para as famílias e instituições locais. Com isso, ampliou-se a confiança para sua entrada nas casas e nos territórios, de modo que as parcerias foram crescendo, sobretudo, com as unidades de ensino.



📌 Projeto em Eldorado do Carajás (PA). Apresentação da equipe no território – YouTube

Articulação intersetorial e criação do Comitê Gestor Intersectorial

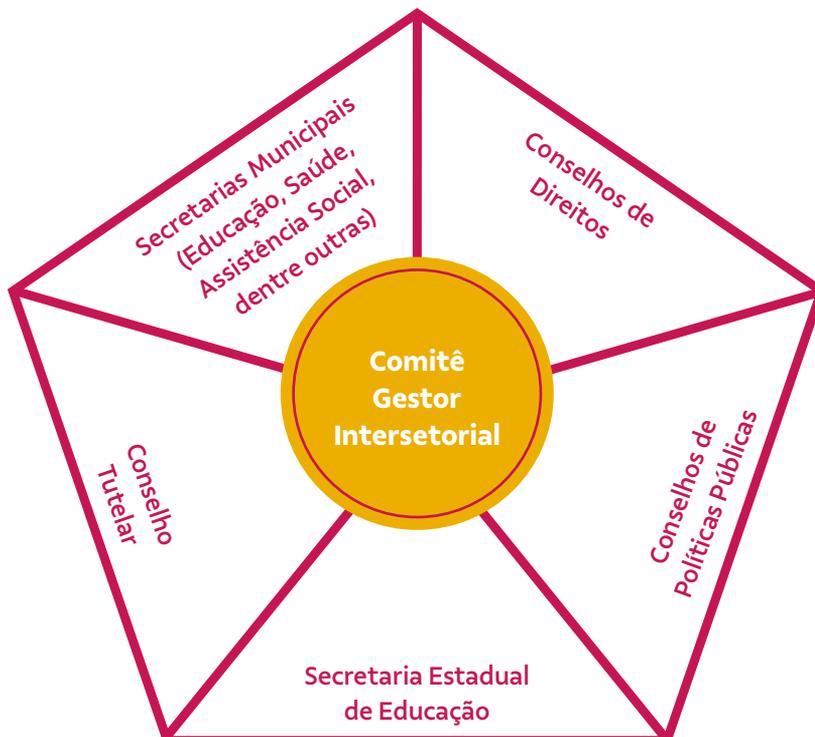
Considerando a complexidade do fenômeno da exclusão escolar, foram estabelecidas parcerias com instituições e órgãos públicos necessários para a implementação da proposta. Nesse período, a equipe promoveu visitas a entidades civis e governamentais, visando divulgar e fortalecer articulações e fluxos para identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em situação de infrequência escolar.

A formação do **Comitê Gestor Intersectorial**, peça-chave do projeto, tem como finalidade estabelecer-se como um fórum de articulação de políticas e análise de casos de exclusão escolar no município. Seu principal objetivo é aumentar a integração das ações governamentais em todos os níveis, com a participação ativa de gestores, visando à ativação das redes de proteção social e ao acesso aos direitos de cidadania.



Fonte: Banco de Imagens do projeto, 2022.

De caráter multidisciplinar, o Comitê tornou-se essencial para integrar os serviços de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros. Os componentes e as diretrizes eram definidas e apresentadas pelas equipes técnicas das Secretarias, seguidas pela equipe de campo, que trabalhava em diálogo direto com os agentes locais das diferentes pastas para fortalecer a rede de proteção de crianças e adolescentes em risco de evasão escolar.



O trabalho de fomento à intersectorialidade realizado no âmbito do Comitê Gestor Intersectorial (CGI) possui os seguintes objetivos gerais:

Objetivos gerais do CGI

- Incentivar e fortalecer a cultura de organização intersectorial das políticas públicas;
- Instaurar um fórum de gestão compartilhado de acompanhamento da implementação do projeto com o Poder Público;
- Contribuir com a promoção de agendas reflexivas e com a proposição de ações práticas, voltadas para a proteção integral de crianças e adolescentes, por meio da prevenção e do enfrentamento à exclusão escolar;
- Desenvolver um processo de construção de autonomia na gestão intersectorial do Comitê, para a sustentabilidade de suas ações;
- Apoiar a constituição e a implementação de uma política pública municipal intersectorial de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar;
- Promover um percurso formativo em torno da metodologia do Territórios em Rede, com representantes das políticas públicas.

Desafios encontrados em Eldorado do Carajás

- A partir do reconhecimento das principais dificuldades, o Comitê Gestor estabeleceu o fluxo de informações e definiu indicadores para monitorar o número de crianças e adolescentes em idade escolar. Os dados, alimentados no sistema georreferenciado do Territórios em Rede, não apenas mapearam a realidade da exclusão escolar, mas auxiliaram no acompanhamento e na avaliação das ações implementadas.

De modo a fortalecer a comunicação entre os diferentes agentes envolvidos no Comitê, foram realizadas reuniões de trabalho nas quais a equipe local apresentou suas principais ações.

Nos encontros, casos críticos de crianças e/ou adolescentes fora da escola ou em risco de evasão foram debatidos, e diferentes estratégias desenhadas, a fim de responder, de forma efetiva, aos desafios identificados.

Na cerimônia de assinatura do Termo de Adesão estiveram presentes: a prefeita Iara Braga; a secretária de Educação Dinaqueile Barros; o Supervisor de Relações Institucionais da Vale Saulo Lobo; e a gestora de campo Elza Aleixo, da Cidade Escola Aprendiz.



Assinatura do Termo de Adesão ao projeto Territórios em Rede

Fonte: Banco de Imagens do projeto, 2021.

Diagnóstico Socioterritorial

Para garantir o alinhamento da metodologia à realidade local, a equipe buscou informações em bases de dados secundárias, que pudessem fornecer subsídios ao diagnóstico socioterritorial e auxiliar no entendimento das famílias mais vulneráveis aos processos de exclusão escolar.

O diagnóstico formou um painel de indicadores de vulnerabilidade social, com interesse na elaboração de um panorama sobre a situação da exclusão escolar no município. Além de oferecer uma base para a compreensão do desenvolvimento humano no território, possibilitou o cruzamento de dados e a visão integrada dos desafios da Educação.

Fonte: João Vitor Norte Sul Studio



Articuladora de Eldorado do Carajás em acompanhamento familiar. Nov/2021

O diagnóstico ofereceu, ainda, subsídios para as políticas sociais, tanto em sua elaboração inicial, quanto ao ter sido alimentado ao longo do processo, tornando-se ferramenta essencial para a análise das demandas sociais pelo Direito à Educação, ao transformar os cadastros individuais e as listas de nomes em informações concretas e vivas, mostrando a conexão de crianças e adolescentes com seus territórios, grupos populacionais e trazendo marcadores de classe, raça e gênero.

De acordo com dados do Censo do IBGE, a população de Eldorado do Carajás diminuiu 11,3%, entre 2010 e 2022, provavelmente por efeito de um fluxo migratório de saída relevante no período. Entretanto, a população de 4 a 17 anos retraiu 27,7%, no mesmo período. Por um lado, a redução da fecundidade, que ainda se mostra em curso, associada ao envelhecimento da população pode responder, em parte, por esta evolução demográfica.

População de 4 a 17 anos por faixa etária escolar – Eldorado do Carajás (PA)

Idade	Ano	
	2010	2022
04 e 05 anos	1.466	952
06 a 10 anos	3.724	2.587
11 a 14 anos	3.078	2.199
15 a 17 anos	2.131	1.780
Total	10.399	7.518

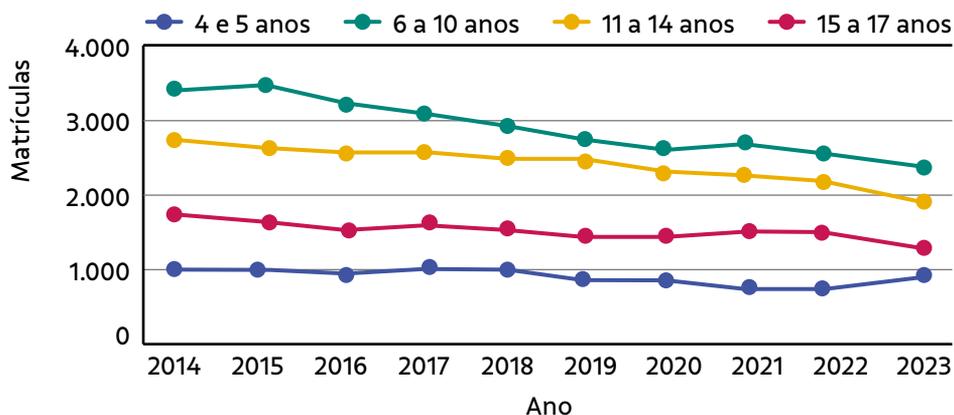
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e 2022.

O número de matrículas de estudantes com idades de 4 a 17 anos recuou 19% entre 2010 e 2022, o que é, relativamente, menos do que a retração da população infantojuvenil. Este é um indicativo de que a cobertura do atendimento escolar pode ter avançado no período. Na data de referência do Censo Escolar

de 2023 (31 de maio), havia 7.901 matrículas na Educação Básica, sendo 6.634 de crianças e adolescentes com idades entre 4 e 17 anos.

O gráfico a seguir mostra o número de matrículas segundo a faixa etária do estudante, a despeito da etapa que frequentava, entre os anos de 2014 e 2023:

Número de matrículas, por faixa etária- Eldorado do Carajás (PA)



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
04 e 05 anos	1.022	1.047	997	1.017	990	919	889	798	809	919
06 a 10 anos	3.332	3.361	3.166	3.057	2.877	2.734	2.603	2.595	2.494	2.395
11 a 14 anos	2.698	2.616	2.575	2.575	2.489	2.456	2.335	2.292	2.167	2.007
15 a 17 anos	1.660	1.617	1.500	1.561	1.488	1.430	1.434	1.469	1.433	1.313

Fonte: Inep, Censo Escolar da Educação Básica, 2014 a 2023

Ainda segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2023, a rede municipal de Eldorado do Carajás foi responsável por 81% das matrículas na Educação Básica, e a rede estadual por 14,3%. As unidades de ensino privadas somaram 4,8% das matrículas. Na Educação Infantil, a rede municipal foi responsável por 100% das matrículas na creche e na pré-escola. Nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, a rede municipal respondeu por 97,4% e 98,8% das matrículas,

respectivamente, com o restante da oferta cabendo à rede privada. No Ensino Médio, a rede estadual reuniu 100% das matrículas.

A distribuição das matrículas na Educação Básica por gênero reflete um quadro comum no Brasil: os meninos predominam numericamente, correspondendo a 51,1% dos estudantes. Todavia, no Brasil, em geral, a evasão escolar durante a Educação Básica impacta mais os meninos, fazendo com que as meninas sejam maioria no Ensino Médio – o que se reproduz em Eldorado do Carajás, onde elas são 55,8% nessa etapa escolar. O predomínio das meninas no Ensino Médio é expressivo, haja vista que, nos anos finais do Ensino Fundamental, o panorama é o inverso: 55,2% das matrículas eram de meninos. Vale destacar, porém, que na creche, as meninas também estão em maior número (57,9%) – o que não é um acontecimento típico no Brasil.

A declaração por cor ou raça dos estudantes no Censo Escolar de 2023 alcançou somente 29,9% das matrículas. Nesse contingente, de 2.365 matrículas, os estudantes declarados pardos eram 84%. Além desses, 11,1% foram declarados brancos; 3,8%, pretos; 0,9%, amarelos e 0,1%, indígenas.

Matrículas na Educação Básica – Cor ou Raça – Eldorado do Carajás (PA)

Cor ou Raça	Matrículas	%
Parda	1.987	84,0%
Branca	263	11,1%
Preta	90	3,8%
Amarela	22	0,9%
Indígena	3	0,1%

Nota: Foram consideradas somente as matrículas com informação de cor ou raça, referentes a 29,9% do total (5.536 matrículas não tiveram a informação).

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

Ainda segundo dados do Censo Escolar (2023), 36,4% das matrículas da creche são atendidas em tempo integral (mínimo de 7 horas por dia) e, na pré-escola, alcança 26,3%. Nos anos iniciais e finais do Fundamental também há oferta de horário integral, com 35,8% e 53,4%, respectivamente, todas no âmbito municipal. No Ensino Médio, porém, todas as matrículas são oferecidas em horário parcial (menos de 7 horas por dia).

Percentual de Matrículas na Educação Básica com jornada em Tempo Integral – Eldorado do Carajás (PA)

Etapa	%
Creche	36,4%
Pré-escola	26,3%
Anos Iniciais	35,8%
Anos Finais	53,4%
Ensino Médio	-

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

A Taxa de Distorção Idade-série (TDI) é o indicador que expressa o percentual de estudantes com idades dois ou mais anos acima da recomendada para a série escolar em que estão matriculados.

Em Eldorado do Carajás, no ano de 2023, a TDI dos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 11,3% e a dos anos finais, de 33,7%, que são percentuais elevados para estas etapas escolares. A taxa do Ensino Médio também se encontra em um patamar alto, haja vista que 32,4% dos estudantes estão com idade acima da esperada para o ano escolar que frequentam.

Taxa de Distorção Idade-Série – Eldorado do Carajás (PA)

Etapa	TDI
Anos iniciais do Ensino Fundamental	11,3%
Anos finais do Ensino Fundamental	33,7%
Ensino Médio	32,4%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

A taxa de aprovação do Ensino Fundamental, em 2022, foi de 91,7% nos anos iniciais e de 76,7% nos anos finais. No Ensino Médio, a taxa foi de 68,1%.

Cabe assinalar que, em nenhuma das três etapas, o percentual alcançado em 2019 foi superado. Vale lembrar que as elevadas taxas de aprovação de 2020 e 2021 foram consequência da suspensão das aulas presenciais durante a pandemia de covid-19. Nos anos finais do Ensino Fundamental, o percentual de aprovação foi menor que o de 2019 e de 2018. No Ensino Médio, com exceção do ano de 2021, o percentual de aprovação não ficava abaixo de 70% desde 2008.

Taxa de Aprovação em 2022 – Eldorado do Carajás (PA)

Etapa	Taxa de aprovação
Anos iniciais do Ensino Fundamental	91,7%
Anos finais do Ensino Fundamental	76,7%
Ensino Médio	68,1%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2022.

A taxa de abandono escolar expressa, dentre estudantes que estavam matriculados no final do mês de maio, aqueles que não terminaram o ano letivo vinculados a uma escola.

As etapas do Ensino Fundamental apresentaram taxas de abandono comparativamente baixas, em 2022, confirmando uma trajetória regressiva. Os percentuais de estudantes que deixaram a escola antes do fim do ano letivo foi de 1%, nos anos iniciais; e de 2%, nos anos finais.

Com exceção dos anos de suspensão das aulas em função da pandemia de covid-10, ou seja, 2020 e 2021, as taxas de abandono do Ensino Fundamental foram as menores já registradas. A título de comparação, no ano de 2019, o abandono alcançou 2,8% dos estudantes dos anos iniciais e 6,6%, dos anos finais.

No entanto, no Ensino Médio, 19,9% dos estudantes deixaram a escola antes do término do ano letivo. Essa taxa retrocede ao patamar registrado no ano de 2015, quando a barreira dos 20% de abandono nesta etapa tinha sido vencida pela primeira vez no município.

Taxa de Abandono em 2022 – Eldorado do Carajás (PA)

Etapa	Taxa de abandono
Anos iniciais do Ensino Fundamental	1,0%
Anos finais do Ensino Fundamental	2,0%
Ensino Médio	19,9%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2022.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Ensino Fundamental das escolas públicas de Eldorado do Carajás está abaixo do IDEB paraense nos anos iniciais e acima nos anos finais. Ambos, porém, encontram-se abaixo do índice nacional.

Da medição de 2019 para 2021, o IDEB das escolas públicas dos anos iniciais sofreu uma queda para 4,4 e retornou ao nível de 2017. Já o dos anos finais deu um salto, avançando de 3,8 para 4,6.

No Ensino Médio, Eldorado do Carajás não teve resultados divulgados para o Ensino Médio, em 2021, porque a coleta de informações e as provas foram feitas durante o período de emergência sanitária, entre os meses de novembro e dezembro, quando muitas escolas públicas do país ainda não estavam realizando atividades totalmente presenciais, ou haviam acabado de promover o retorno. Segundo o Inep, as provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) foram aplicadas em 71,3% do número de estudantes previsto em todo Brasil, um percentual que varia, consideravelmente, conforme a etapa e a rede de ensino.

No Saeb de 2021, as escolas públicas de Eldorado do Carajás não superaram as notas alcançadas em 2019, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa e em Matemática. Nos anos finais, a nota de Língua Portuguesa foi superada, mas não a de Matemática. No Ensino Médio, como mencionado, não houve resultados divulgados para o município em 2021.

- **Ponto de atenção!**

- Para o sistema educacional,
- há uma diferença entre as
- definições de **abandono** e
- **evasão escolar**. Abandono é
- o ato de parar de frequentar
- a escola antes de terminar
- o ano letivo. A evasão
- refere-se ao estudante que
- abandonou a escola, ou até
- mesmo chegou ao final do
- ano letivo, mas não retornou
- no ano seguinte para o
- sistema escolar.

Dados da rede pública de ensino em Eldorado do Carajás

IDEB da rede pública em 2021

Anos iniciais do Ensino Fundamental	Anos finais do Ensino Fundamental
4,4	4,6

Matrículas em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
4.893	1.016

Docentes em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
176 docentes	31 docentes

Número de estabelecimentos de ensino em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
34 escolas	3 escolas

Busca Ativa

O trabalho de Busca Ativa escolar proposto pelo Territórios em Rede se organiza também no “bater de porta em porta”, caminhando pelas ruas e, como o próprio nome indica, buscando, investigando



Mutirão de Busca Ativa escolar que cadastrou 28 crianças que estavam fora da escola (janeiro/ 2023)

Foto: Banco de imagens do projeto.

o território, falando com moradores e trabalhadores, e acionando as instituições por caminhos complementares. A Busca Ativa é, em alguma medida, um conjunto de estratégias e ações de comunicação e articulação comunitária.

Além do trabalho inicial com as listagens oficiais da Secretaria de Educação, a Busca Ativa teve início a partir da articulação de diferentes fontes de informação que possibilitassem identificar possíveis casos de desvinculação escolar, e que pudessem se tornar casos de infrequência ou evasão. Para tanto, foram realizados (como ações iniciais da estratégia) o mapeamento e a articulação de instituições, além de ações de mobilização e comunicação local.

Mapeamento de Instituições e demandas

- Mapeamento de instituições e serviços disponíveis feito pelos articuladores;
- Apresentação dos objetivos, metas e estrutura do Territórios em Rede para cada instituição visitada;
- Contato com as escolas do território para identificar crianças e adolescentes em situação de infrequência e/ou exclusão escolar

Com o aval das lideranças das pastas da Educação, Saúde e Assistência Social, a equipe de campo iniciou o diálogo e o acompanhamento com as equipes que

realizaram o trabalho na ponta e cotidianamente. Na Educação, por exemplo, a fim de estreitar a relação e a colaboração entre os agentes, os articuladores visitaram as escolas, apresentando a proposta às equipes de gestão e pedagógicas, identificando as demandas específicas em cada instituição.



“Obrigada por você ter conseguido as vagas para os meus filhos nas escolas!”

Mãe de crianças de 4, 5 e 7 anos atendidas pelo projeto

Busca Ativa nas ruas:

- Busca por crianças e adolescentes fora da escola de porta em porta a partir da demanda espontânea. Muitas vezes, é um vizinho ou alguém que sabe onde há crianças que não estão indo para escola;
- Visitas aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades de saúde, igrejas, associações e comércios;
- Conversas com agentes locais sobre crianças e famílias não localizadas no território;
- Disponibilização de cartazes com informativos e imagens sobre o projeto. A identificação visual do uniforme utilizado pelos articuladores fez diferença na recepção e acionamento deles nos territórios.

Fonte: João Vitor Norte Sul Studio

Articuladoras de Eldorado do Carajás em mutirão de Busca Ativa escolar. Nov/2021

Você conhece alguma
criança ou adolescente
fora da escola?

☎ (94) 99213-8557



Articuladora em acompanhamento familiar. Novembro /2022

Foto: João Vitor Norte Sul Studio

Procedimentos ao encontrar uma criança ou um adolescente fora da escola

1. Articulador se aproxima da família, para entender a situação, por meio de uma visita domiciliar;
2. Articulador realiza uma entrevista, para obter informações de cadastro e para o entendimento do caso;
3. Cadastramento da família é feito no sistema de monitoramento. Dados são registrados, por meio de um aplicativo e alimentam o banco de dados do projeto;
4. Se a criança ou o adolescente está fora da escola, orienta-se imediatamente a família sobre os procedimentos de matrícula, em qualquer período do ano;
5. Se a criança ou o adolescente está matriculado, mas infrequente, faz-se o cadastro para acompanhamento familiar, a fim de prevenir o abandono.

Fluxo de ações

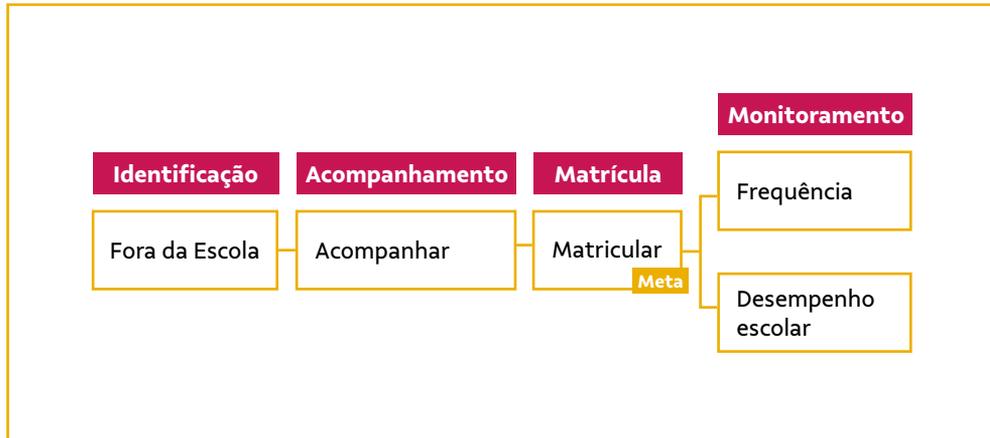
Fora da Escola (sem matrícula)	Risco de Evasão (infrequente)
<ul style="list-style-type: none"> • identificar o motivo pelo qual a criança ou o adolescente está fora da escola; • assegurar a matrícula escolar em qualquer tempo; • uma vez matriculado, monitorar a frequência e o desempenho escolar do estudante. 	<ul style="list-style-type: none"> • identificar o motivo da infrequência (falecimento, mudança de cidade, mudança para outra rede de ensino, etc.); • monitorar a frequência escolar e o desempenho do estudante, regularmente; • avaliar outras variáveis de risco: distorção idade-série maior que 2 anos, situações de violências.
<ul style="list-style-type: none"> • verificar outras demandas sociais da criança, do adolescente ou do núcleo familiar (ex: insegurança alimentar, atendimento de saúde, acompanhamento socioassistencial, geração de renda, entre outras). 	
<ul style="list-style-type: none"> • realizar acompanhamentos periódicos (contatos remotos e visitas domiciliares). 	



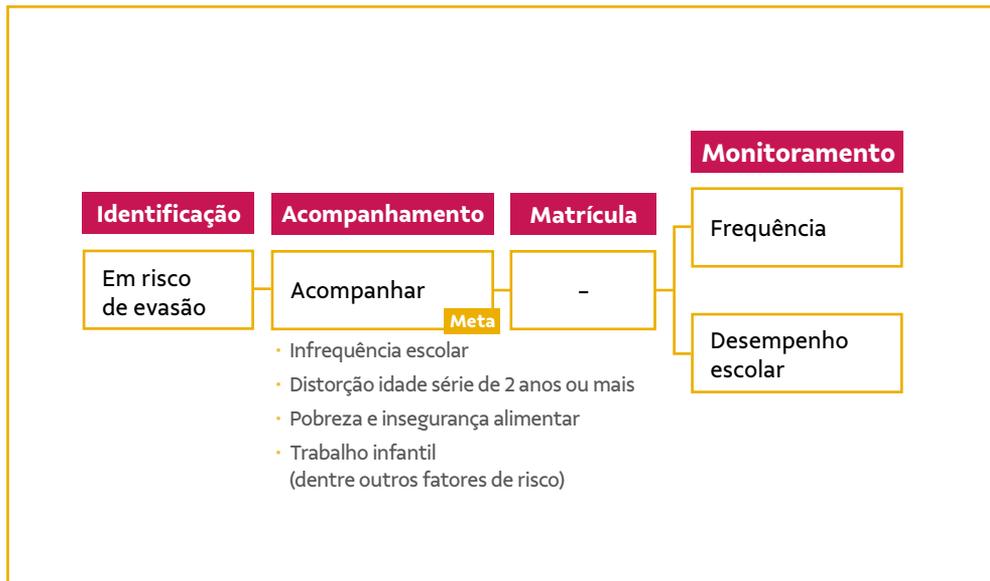
“Hoje venho parabenizar o trabalho em prol das crianças e dos adolescentes de 4 a 17 anos para garantir que os mesmos estejam nas escolas públicas de Eldorado do Carajás. O projeto vem fazendo um belo trabalho, além de um ótimo atendimento que nossa cidade precisava, porque a gente, como pai ou responsável, para cadastrar um filho na escola tem a maior burocracia, mas quando temos alguém para poder nos ajudar as coisas já andam mais rápido e o Territórios em Rede fez com que eu conseguisse que meus filhos fossem para a escola.”

Pai de duas crianças de 4 e 9 anos, moradores do Bairro da Torre, em Eldorado do Carajás

Fluxo de ações



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Uma vez que o articulador localizava uma criança ou um adolescente fora da escola, era realizada uma visita domiciliar para entender, com os responsáveis, os motivos da infrequência, do abandono, da evasão ou por nunca ter estado numa escola.

O trabalho de (re)inserção da criança ou do adolescente envolvia:

1. a articulação com as escolas, responsáveis por disponibilizar a vaga e efetivar a matrícula;
2. a articulação com Órgãos da Saúde, Assistência Social, Sistema de Garantia de Direitos, Direitos Humanos, entre outros, a depender do motivo que mantinha a criança ou o adolescente afastado; e
3. a articulação com parceiros para resolver documentação pendente; sanar problemas de vulnerabilidade social, como saúde, moradia ou ausência de responsável; transferir a criança ou o adolescente devido a conflitos no território, que afetavam o deslocamento até a escola, entre outros.

Após efetivada a matrícula, mantinha-se, quando necessário, um acompanhamento em diálogo direto com a família e gestores das unidades escolares, por meio do constante monitoramento das listas fornecidas, periodicamente, pela Rede de Ensino. Caso houvesse sinais de nova evasão, as etapas anteriores eram retomadas, a fim de reconduzir a criança ou o adolescente à escola.

Desafios encontrados e os impactos da pandemia

As equipes do Territórios em Rede encontraram diversos desafios para a implementação dos seus objetivos, dentre os quais destacam-se:

Intersetorialidade e integração das políticas públicas

Verificou-se a ausência de uma cultura de trabalho intersetorial, além do desconhecimento dos gestores públicos sobre as ações em curso nos diferentes setores da gestão municipal e, ainda, a falta de dados gerais sobre o município, que dificultavam a implementação de ações promotoras do Direito à Educação Básica de qualidade para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Alto nível de vulnerabilidade social das famílias identificadas

Essa condição requeria o atendimento de várias demandas além do acesso à escola, como proporcionar meios para alimentação, serviços de Assistência Social e Saúde, exigindo, das equipes de campo, habilidades específicas para articulação, acolhimento e identificação dos principais fatores que interferem na permanência de crianças e/ou adolescentes na escola.

Dificuldade de locomoção entre os distritos do interior e as escolas

Devido a distância, má qualidade das estradas e condições climáticas desfavoráveis.

Trabalho infantil

Nos distritos do interior, havia crianças e adolescentes infrequentes ou evadidos do sistema educacional devido à necessidade de trabalhar para sustentar a família.

Pandemia e impactos no processo de escolarização

Os impactos da pandemia na Educação de crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza são complexos e profundos. Sua total extensão ainda requer avaliação detalhada. Durante o período de transição para o retorno às aulas presenciais, várias questões surgiram, particularmente entre famílias vulneráveis. Por exemplo, na região do Pará, onde o Territórios em Rede atuou, essas problemáticas se intensificaram.

Primeiramente, a pandemia acentuou as desigualdades sociais existentes, especialmente no aspecto econômico. Famílias com vários filhos em diferentes anos escolares enfrentaram enormes desafios no ensino remoto, muitas vezes contando apenas com um celular para todos e com acesso limitado ou inexistente à internet. Essa situação limitou, drasticamente, as condições mínimas necessárias para uma Educação adequada, resultando na interrupção significativa na rotina educacional, mesmo com a distribuição de *kits* educacionais.

Como consequência direta, no período pós-pandemia, muitas crianças encontraram extremas dificuldades na alfabetização. Aquelas que já enfrentavam desafios educacionais viram as dificuldades se intensificarem, resultando na defasagem ainda maior entre idade e série escolar. Observam-se muitos casos de pré-adolescentes de 10 ou 11 anos enfrentando barreiras adicionais na alfabetização, por estarem em classes com estudantes mais novos.

A interrupção da escolaridade durante o ensino remoto, agravada pela falta de infraestrutura adequada para estudo em casa, levou muitos adolescentes, durante a pandemia, a buscar trabalho nas

ruas para ajudar no sustento da família. Nesse contexto, alguns foram forçados a entrar no mercado de trabalho, muitas vezes em condições de exploração ou em empregos informais, para contribuir com a renda familiar. Isso não apenas exacerbou a distorção idade-série, mas criou uma resistência ao retorno à escola, dada a necessidade de continuar contribuindo significativamente no sustento familiar. Há relatos de casos de adolescentes, inseridos no mercado de trabalho informal, como na extração do cacau, que não se sentem estimulados a retornar à escola, dada a disparidade entre sua idade e a ano em que se encontram.

O envolvimento precoce no mercado de trabalho vem resultando no afastamento dos processos educacionais, agravando os desafios existentes e criando novas barreiras para a continuidade da Educação formal.



Articuladoras de Eldorado do Carajás em mutirão de Busca Ativa escolar. Nov/2021

Fonte: João Vitor Norte Sul Studio

Mobilização Social e Comunicação Comunitária

Durante a implementação do Territórios em Rede, intensificou-se a Busca Ativa por crianças e adolescentes que se enquadravam no perfil determinado.

O objetivo, entretanto, não era apenas encontrar esse público específico, mas também sensibilizar as comunidades e as diversas localidades sobre a essencialidade do Direito à Educação, por meio de diversas estratégias de comunicação e mobilização social que foram empregadas.

As estratégias adotadas foram variadas, incluindo ações de mobilização comunitária, como o uso de carros de som



↳ Veja aqui o mini documentário do projeto em Eldorado do Carajás. – *YouTube*

- A comunicação buscou
- sensibilizar a sociedade sobre
- os compromissos e objetivos
- do Territórios em Rede, além
- de promover uma ampla
- divulgação para incentivar
- a procura espontânea
- pelo projeto.

que emitiam mensagens-chave, alcançando até mesmo a população analfabeta. Paralelamente, cartazes, faixas e panfletos foram estrategicamente distribuídos em locais de grande movimento, como: escolas, associações de moradores, postos de Saúde, praças e outros.

No meio digital, conteúdos específicos foram produzidos para as mídias e redes sociais, incluindo um *site* institucional. Materiais de divulgação como áudios, *GIFs* e *flyers* (panfletos ou folhetos) circularam pelo *WhatsApp*. Na fase de consolidação das atividades do projeto, as ações de comunicação se concentraram na ampliação de sua visibilidade nos meios de comunicação comunitários e na mídia local, produzindo mini documentários para fortalecer esta agenda em âmbito local e municipal.

Ações de Comunicação e Mobilização Comunitária:

- Articuladores divididos em diferentes áreas do município para promover o projeto;
- Distribuição de folhetos e fixação de faixas, banners e cartazes com informações de contato em locais estratégicos: escolas, pontos de ônibus, postos de Saúde, associações de moradores, igrejas e estabelecimentos comunitários;
- Utilização de carros de som para difundir mensagens nas ruas, centros de atendimento, postos de Saúde e comércios;
- Divulgação por meio de listas de transmissão no WhatsApp, redes sociais, parcerias com instituições locais, jornais e rádios comunitárias;
- Veiculação de notícias na imprensa municipal.

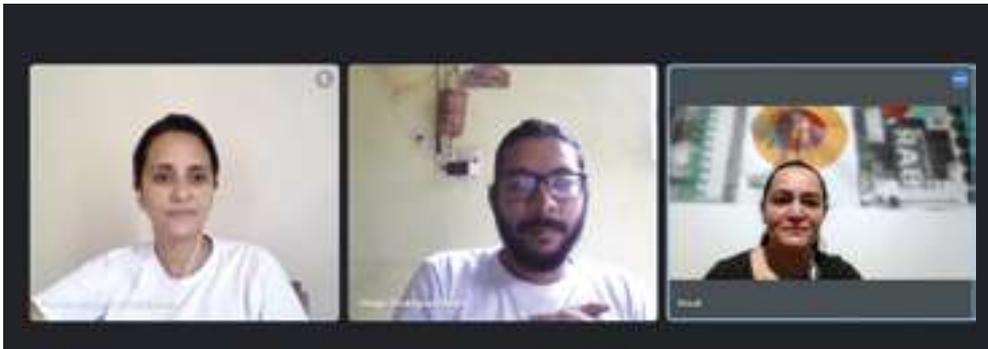


Foto: Banco de imagens do projeto, 2021.

Formação do gestor local, para o uso da lista de transmissão, que fornece informações, notícias e avisos importantes sobre Educação, Assistência Social, Saúde para as famílias cadastradas.

A impressão dos materiais de divulgação do projeto contabilizou **20.374 peças**, entre *flyers*, *folders*, cartazes e faixas de rua, distribuídos nos comércios, nas unidades de Saúde, CRAS e CREAS, Conselhos Tutelares, escolas e demais organizações da rede de proteção integral à criança e ao adolescente.

Estima-se que o alcance obtido com as peças de comunicação tenha sido de **3,5 milhões de visualizações** em todo o período de trabalho em campo.

A divulgação pelos carros de som totalizou 101 horas, com cerca de 2.500km percorridos.

O projeto teve uma expressiva divulgação, com o objetivo de alcançar as famílias e proporcionar seu atendimento, além de avisos importantes relacionados aos serviços públicos locais, disponíveis para a população.

A comunicação em números



804
cartazes e banners



19.500
flyers e folders



20
faixas de rua



101 horas
de carro de som

A divulgação aumentou a visibilidade e estimulou a participação comunitária, com moradores indicando novas famílias. Essa estratégia confirmou a importância dos folhetos com números de telefone, que se mostraram ferramentas indispensáveis para conectar as famílias com a equipe do Territórios em Rede, principalmente em casos de crianças e/ou adolescentes fora da escola.





Boletins

- Foram produzidos **36 boletins institucionais**



Google trends

- 813 pesquisas** do termo Territórios em Rede



Whatsapp

- Foram enviadas **39 mensagens** para as famílias da cidade de Eldorado do Carajás
- A lista de transmissão chegou aos **249 contatos**



YouTube

O canal do *YouTube* teve:

- 8.928** visualizações
- 95.221** impressões



Facebook

- 351** publicações
- 5.542** stories
- 31.738** pessoas alcançadas



Site

Dados do *Google Analytics*:

- 7.076** usuários
- 7.021** novos usuários
- 1' 23"** tempo médio
- 68.673** eventos



Instagram

- 357** publicações
- 5.542** stories
- 20.825** pessoas alcançadas

Você conhece crianças ou adolescentes de Eldorado do Carajás que não estão estudando?

Envie uma mensagem pra gente!

WhatsApp: (94) 99213-8557

www.territoriosemrede.org.br



Iniciativa:
FUNDAÇÃO
VALE



Parceiro Executor:
APRENDIZ



Parceiro Investidor:
WHEATON



Parceiro Institucional:
Eldorado do Carajás



Territórios
em Rede

Educação é um direito!

Comunicação em Ação:

A gestora de comunicação divulgando o projeto na rádio comunitária Eldorado FM, em outubro de 2021 em Eldorado do Carajás.



Fonte: Banco de Imagens do projeto, 2021.

A equipe em mutirões nas zonas rurais de Vila Betel, Vila Peruana e PA Cabanos. A ação cadastrou escolas rurais e identificou quatro crianças em situação de evasão escolar.



Fonte: Banco de Imagens do projeto, 2021.

A fim de alcançar um maior número de crianças ou adolescentes fora da escola ou em risco de evasão escolar, a equipe local promoveu mutirões de Busca Ativa escolar. Nos bairros de Cabral e Eucalipto a ação abrangente do Territórios em Rede, identificou e cadastrou diversas crianças e adolescentes que não estavam frequentando a escola. A equipe se prontificou a articular com os serviços públicos para solucionar as demandas de todos.



Fonte: Banco de Imagens do projeto, 2023.



“Obrigada pela preocupação com a gente, você não sabe o quanto essa atenção é necessária para uma pessoa.”

Mãe de três crianças atendidas pelo projeto em Eldorado do Carajás

Estabelecimento de parcerias e participação em Grupos de Trabalho

Ao entrar no território, cada articulador era orientado a se apresentar e conhecer os agentes locais, criando laços entre o projeto e a rede mapeada. Foi por meio dessa articulação que se conseguiu reforçar e combater o fenômeno da criança ou adolescente fora da escola, e estruturar uma dinâmica de trabalho que envolvesse a sociedade e o Poder Público.

Por sua vez, a equipe local buscava articular instituições parceiras, entre associações de moradores, entidades privadas, instituições religiosas, lideranças comunitárias, organizações não governamentais, Órgãos públicos, sociedade civil em geral, entre outros, compreendendo a colaboração como estruturante, para garantir a Educação como um Direito básico.

Com base nessa estratégia, importantes avanços foram obtidos:

- Reconhecimento dos agentes locais pelos articuladores;
- Criação de laços com a rede e estruturação de uma dinâmica de trabalho conjunto;
- Articulação com diversas instituições e lideranças locais para identificar casos e acionar serviços;
- Participação em diferentes reuniões nas redes de serviços e eventos locais.

Exemplos de parcerias estabelecidas:

Sem estudar devido à falta de documentação, uma criança de 9 anos, moradora da Zona rural de Eldorado do Carajás, conseguiu obter sua certidão de nascimento após articulação do projeto com o Conselho Tutelar (CT). A mãe da criança também não possuía os próprios documentos e recebeu o auxílio da equipe para retirar a segunda via.



Equipe de Eldorado do Carajás com a 21ª URE/SEDUC, para ajustar detalhes da parceria para as matrículas de 2023.



A Prefeitura de Eldorado do Carajás, em maio de 2022, na ocasião da assinatura do Decreto de criação do Comitê Intersetorial com a equipe do Territórios em Redes.



Reunião na Secretaria Municipal de Educação para alinhamentos entre a Busca Ativa Escolar (Unicef/Undime) e o Territórios em Rede.



A equipe do Territórios em Rede em visita à Associação Solidária de Desenvolvimento Urbano e Rural (ASDUR) para estabelecer uma parceria para aulas de caratê e o agendamento de consulta médica para as famílias.



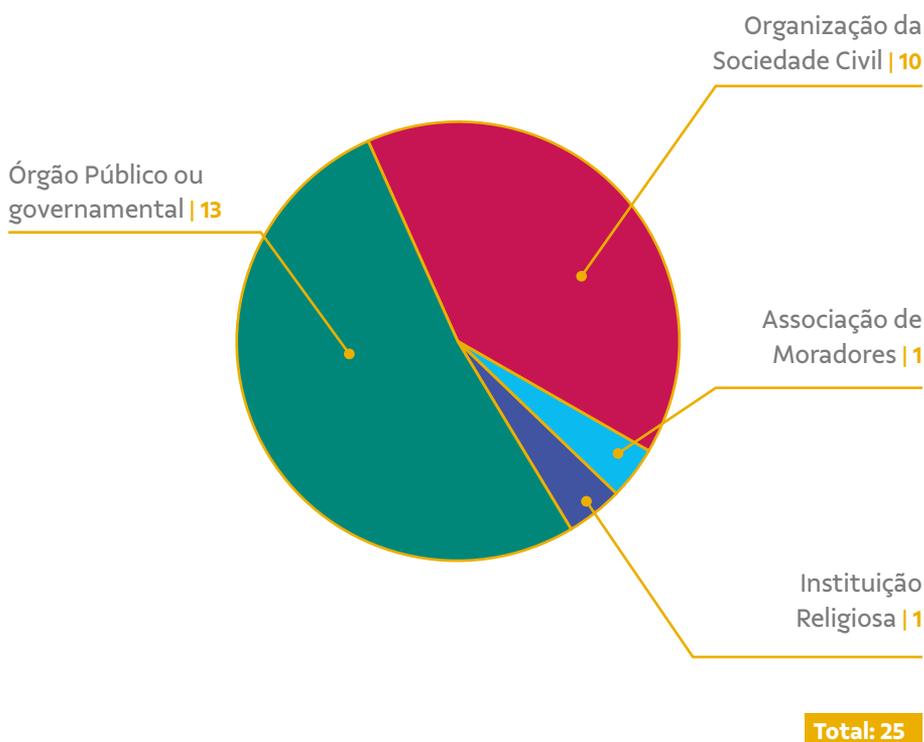
Devido a questionamentos recebidos de estudantes com deficiência, a gestora local e o coordenador da Educação Especial se reuniram para debater os casos e entender o fluxo da Educação Especial no município. O coordenador relatou os desafios enfrentados, como o número insuficiente de cuidadores com relação à demanda existente, mas garantiu que todos os estudantes com deficiência estão sendo assistidos e se colocou à disposição do Territórios em Rede para tirar dúvidas e solucionar possíveis problemas identificados pela equipe.



Visita as instituições

Ao longo do processo de implementação do projeto, a colaboração com a Fundação Vale foi efetiva, facilitando a interação com autoridades locais e fornecendo apoio vital para a administração do projeto. Considerando-se a complexidade do fenômeno da exclusão escolar, foram estabelecidas, em Eldorado do Carajás, de outubro a dezembro de 2021, parcerias com entidades institucionais necessárias para a implementação da proposta. Nos primeiros três meses do ano, as equipes do Polo Pará promoveram visitas a entidades civis e Órgãos governamentais dos municípios, visando divulgar o Territórios em Rede e formar articulações e fluxos para identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em situação de infrequência escolar.

Instituições locais mapeadas – Eldorado do Carajás (PA)



Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Ao todo, 25 instituições foram mapeadas por meio de indicação e/ou acolhimento de casos. Entre as 40 escolas públicas de Educação Básica existentes em Eldorado do Carajás até 2022, todas foram apoiadas pelo Territórios em Rede, ou seja, 100% do total.



Articuladora em atendimento familiar.
Novembro/2021

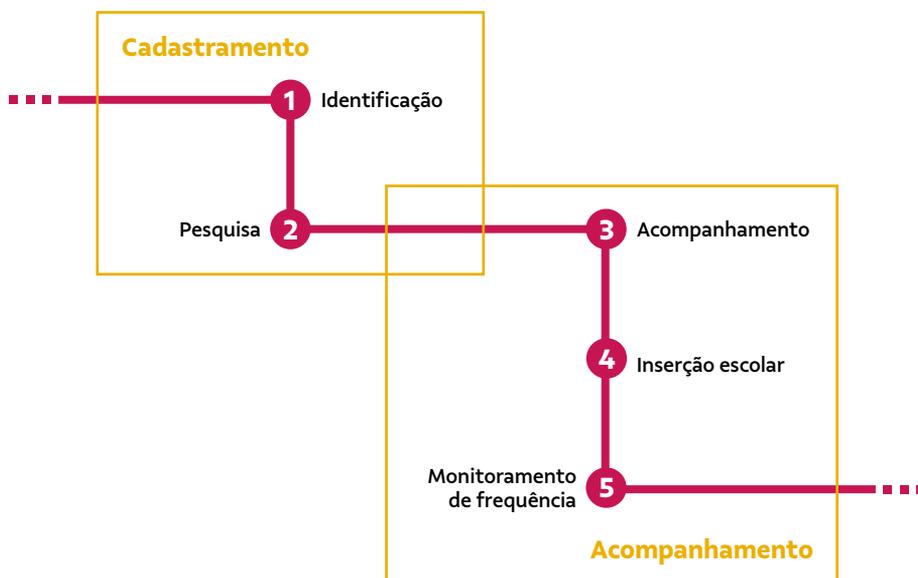
Fonte: João Vitor Norte Sul Studio

Monitoramento e Avaliação

A equipe responsável tinha a tarefa contínua de organizar, consolidar e produzir informações que servissem ao acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações do Territórios em Rede e da inserção e permanência de crianças e adolescentes na escola.

A Figura a seguir ilustra o fluxo de informações sobre os atendimentos realizados.

Instrumentos para registro dos atendimentos



Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

As informações eram originadas de três bases de dados, criadas pelo sistema do Territórios em Rede:

1. Perfil e demandas de crianças e adolescentes assistidos pelo projeto;
2. Instituições e parceiros identificados;
3. Ações tomadas para assegurar o acesso e a permanência nas escolas.

A plataforma digital, acessível tanto pelos articuladores quanto pelos gestores de campo, oferecia diversas funcionalidades, como:

- Análise e correção de informações obtidas em campo, incluindo a identificação de registros duplicados;
- Acompanhamento das metas individuais e coletivas da equipe;
- Extração de dados gerais, resultados por área e relatórios detalhados sobre o público assistido;
- Registro de iniciativas adicionais, além da matrícula nas escolas;
- Mapeamento geográfico das residências de crianças, adolescentes e das instituições parceiras;
- Elaboração de um perfil detalhado, contendo informações socioeconômicas, educacionais, de saúde e sobre a estrutura familiar da criança ou do adolescente.

Monitoramento da Frequência Escolar

Outro trabalho realizado pela equipe do Territórios em Rede foi a tentativa de pactuação de um fluxo de monitoramento da frequência escolar, por meio de informações obtidas diretamente nas escolas e de forma sistemática, para todos os casos acompanhados.

O fluxo definido em Eldorado do Carajás foi que, bimestralmente, a equipe enviaria uma planilha para cada escola, que indicaria a situação da frequência do estudante. Os prazos alinhados no fechamento dos conselhos de classe

foram pactuados com a Secretaria Municipal de Educação e com um conjunto de unidades escolares estaduais. Uma vez que a planilha fosse enviada, as escolas teriam até duas semanas para seu preenchimento.

A seguir, apresentamos o *status* da pactuação do fluxo com cada rede escolar:

Município	Rede	Status da pactuação do fluxo	Periodicidade	Responsável pelo preenchimento
Eldorado do Carajás	Municipal	Estabelecido	Bimestral	Escolas
Eldorado do Carajás	Estadual	Estabelecido	Bimestral	Escolas

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.



Foto: João Vitor Norte Sul Studio

Acompanhamentos dos casos

Semanalmente, a gestora local e a articuladora se reuniam para discutir impressões, casos e desafios, com o objetivo de viabilizar o ingresso na escola de crianças e adolescentes identificados, compartilhando coletivamente estratégias possíveis para responder aos desafios encontrados.

A equipe monitorava as informações no banco de dados e as atualizações dos cadastros das famílias visitadas, e mantinham uma agenda frequente de

reuniões com instituições parceiras, para fortalecer a rede de apoio à presença dos estudantes em sala de aula.

Outro ponto crucial do monitoramento era a devolutiva que a equipe oferecia às escolas e à rede de proteção social, para a compreensão dos motivos da infrequência, do não acesso ou da evasão de cada estudante. Essas devolutivas, muitas vezes, mudavam a avaliação dos educadores sobre os casos de exclusão escolar, ajudando-os a considerar a realidade das famílias. O que antes parecia uma suposta negligência, passou a ser compreendido como situações muito desafiadoras que as famílias vivenciavam.

Ações complementares

Durante a execução do trabalho de campo, constatou-se a existência de muitas famílias em situação de alta vulnerabilidade socioeconômica. Seja pelo agravamento da pobreza no período pandêmico ou pela fragilidade de algumas políticas públicas, notou-se que a insegurança alimentar, a falta de roupas, calçados e kits escolares eram condições presentes para grande parte das crianças e dos adolescentes atendidos pelo projeto e que esse cenário de privação contribuiu, sensivelmente, para o agravamento das condições de acesso e permanência na escola.

Além das demandas materiais apresentadas, a equipe de campo verificou ausência ou baixa resposta de políticas públicas com capacidade para suprir os desafios apresentados de maneira adequada.

Diante desse cenário, o Territórios em Rede começou a operar, em julho de 2022, o **Apoio Eventual Emergencial**, uma estratégia complementar que tinha como objetivo viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência das famílias. Tais necessidades, quando identificadas pela equipe durante uma visita domiciliar, não encontravam resposta, em curto prazo, no município, por meio das políticas, equipamentos ou serviços da Assistência Social, Saúde, Educação ou, ainda, das organizações locais da sociedade civil.

Apoio Eventual Emergencial

Desenvolvido, inicialmente, nos municípios de Marabá (PA) e Serra (ES), onde as equipes do Territórios em Rede começaram a identificar famílias em situação de pobreza extrema ao serem localizadas para a inserção escolar de crianças e adolescentes, o **Apoio Eventual Emergencial** surge para viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência, considerando-se necessidades básicas como alimentação, higiene, vestuário, documentação e materiais escolares.

Tipos de itens oferecidos em caráter emergencial:

Itens avulsos:

- medicamentos que não sejam de uso contínuo;
- itens de higiene;
- material básico escolar que não seja fornecido pelo município, por exemplo, mochila;
- refeições;
- transporte para acesso a serviços essenciais pontuais;
- roupas e calçados,
- pagamento de taxas para emissão de documentos.

Itens temporários:

- cestas básicas;
- botijão de gás;
- medicamentos de uso contínuo;
- transporte para acesso a serviços regulares (fisioterapia, fonoaudiologia, reforço escolar, entre outros);
- contas de consumo, como água, luz e aluguel.

No total, 244 crianças foram contempladas pelo Apoio Eventual Emergencial viabilizado pelo Territórios em Rede em Eldorado do Carajás.

Com vistas à elaboração de um plano de transição para as famílias, os casos identificados foram direcionados aos serviços públicos. Isso era feito para atender às demandas sociais específicas de cada família, encaminhando-as às áreas apropriadas dentro do Comitê Gestor Intersectorial. As estratégias incluíam:

- Priorizar a reinserção de crianças e adolescentes na escola, local de desenvolvimento integral e proteção social, como ação principal para reduzir a insegurança alimentar entre o público em idade escolar.
- Realizar encaminhamentos para a Assistência Social, para a participação em programas relevantes e para a criação/atualização do Cadastro Único. Isso inclui programas como o PAA, Bolsa Família, PAIF, PAEFI, PETI, BPC, Criança Feliz¹¹, entre outros.
- Promover a articulação com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o PPA, que envolve a compra de alimentos da agricultura familiar e a doação a famílias de baixa renda. Esse programa foi reativado em fevereiro pelo Governo Federal.
- Estabelecer conexões com os comitês do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegurando sua presença no CGI.

11 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, Bolsa Família – Programa Bolsa Família, PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Integral Especializado à Família e Indivíduos, PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, BPC – Benefício de Prestação Continuada e Criança Feliz – Programa Criança Feliz



Perfil de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Eldorado do Carajás

Entre as contribuições do Territórios em Rede, foi possível traçar um perfil das crianças e dos adolescentes em situação de exclusão escolar alcançadas em Eldorado do Carajás.

Observações Gerais

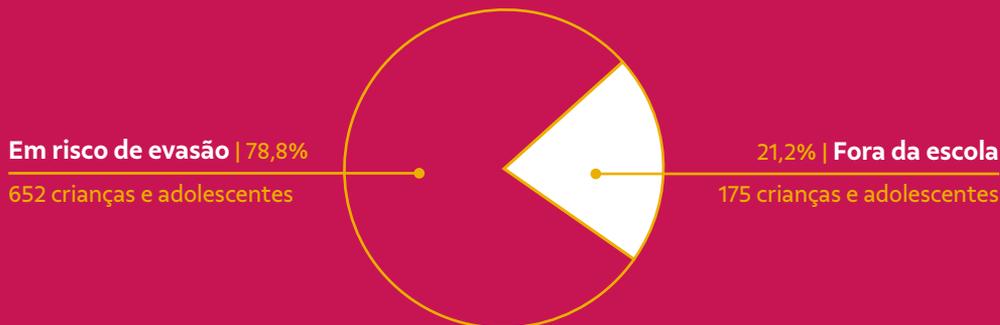
- A maioria das crianças e adolescentes está em risco de evasão escolar e tem baixa participação em atividades extraescolares;
- Crianças e adolescentes identificadas em situação de exclusão escolar são majoritariamente pretas e pardas;
- A maioria das famílias tem baixa renda e é beneficiária de programas de transferência de renda;
- Mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado do lar e das crianças e adolescentes, em grande parte, de forma solitária;
- Saúde e deficiência são fatores de destaque sobre a condição de exclusão escolar;
- Trabalho infantil e gravidez na adolescência são questões preocupantes, embora em baixa proporção;

Situação da exclusão escolar em Eldorado do Carajás

(quando cadastrados no Projeto)

Total de 827 crianças e adolescentes

Crianças fora da escola ou em risco de evasão escolar



Outras informações



1%

não tinha Certidão de Nascimento
= 8 crianças e adolescentes



5,7%

estavam envolvidas em trabalho infantil, o que pode ser um fator de risco para a exclusão escolar
= 47 crianças e adolescentes

Saúde



8%

tinham problemas de saúde
= 66 crianças e adolescentes



3,4%

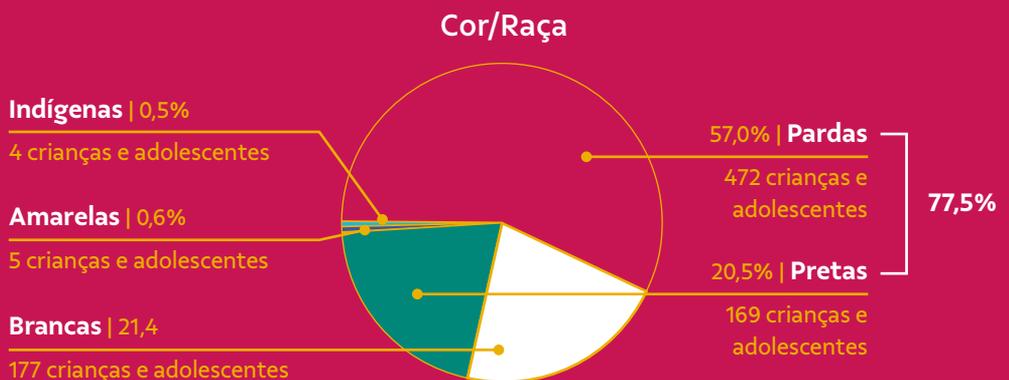
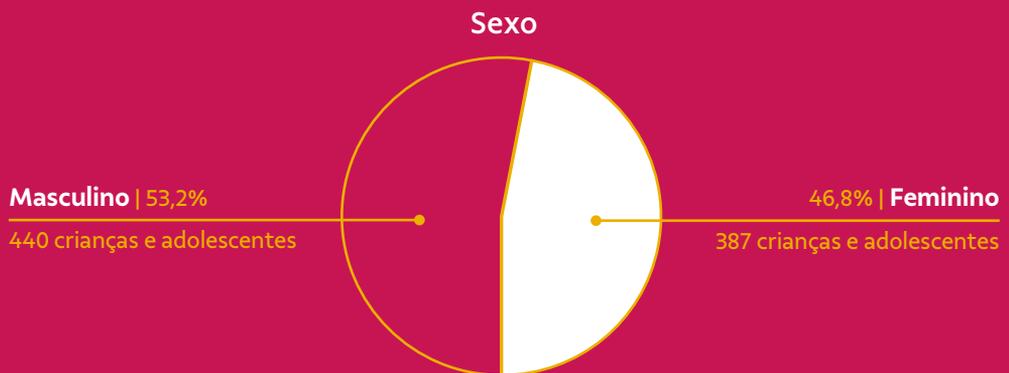
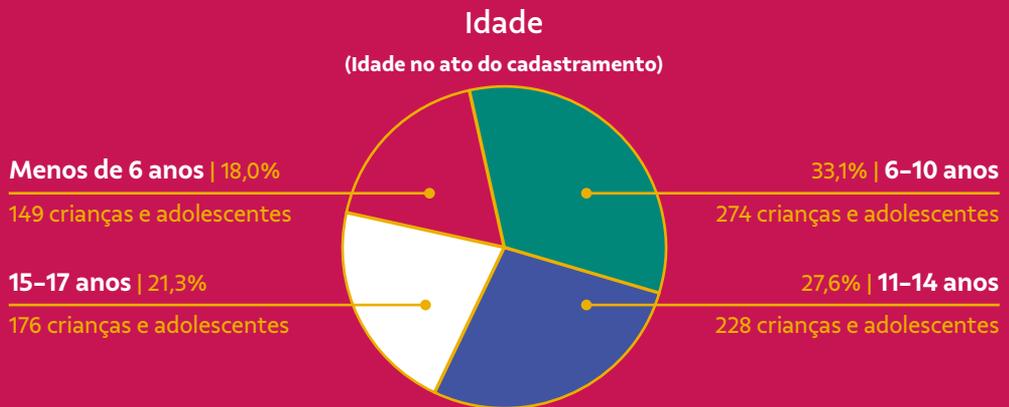
possuem alguma deficiência, o que pode representar barreiras adicionais para sua inclusão e acesso à Educação
= 28 crianças e adolescentes



10%

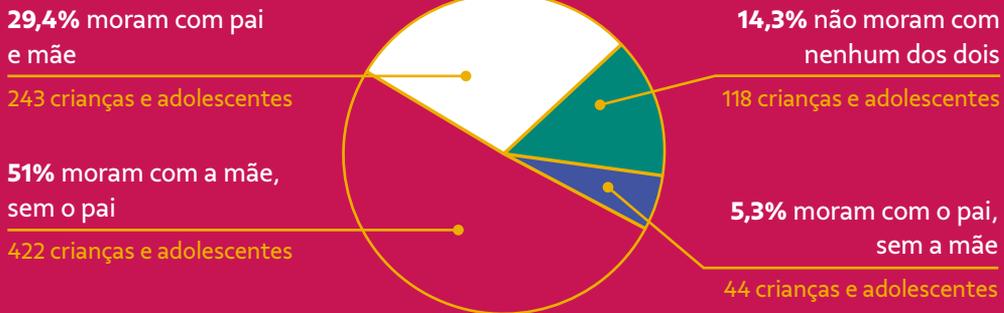
das meninas com idade entre 11 e 17 anos estavam grávidas
= 18 meninas

Perfil das crianças e adolescentes identificados pelo Territórios em Rede em Eldorado do Carajás

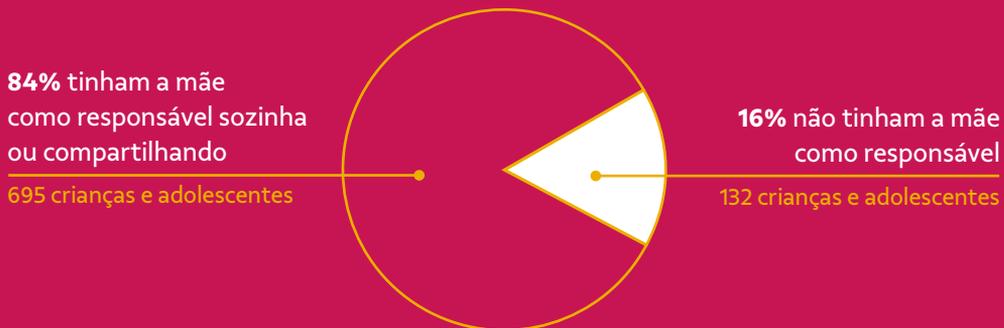


Configuração Familiar

Com quem as crianças e adolescentes residem

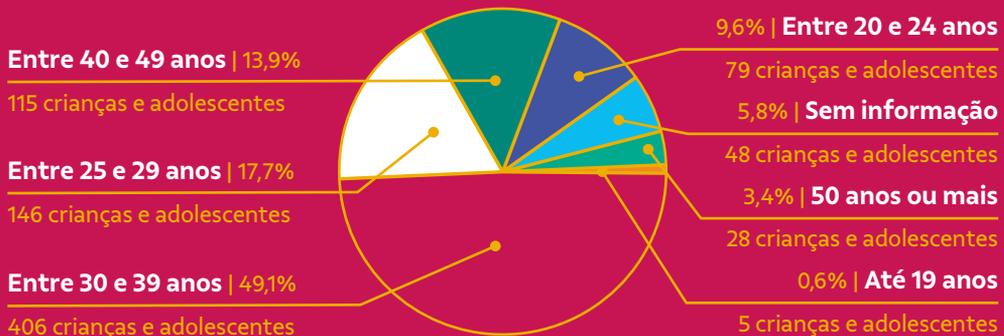


Responsável pelas crianças e adolescentes



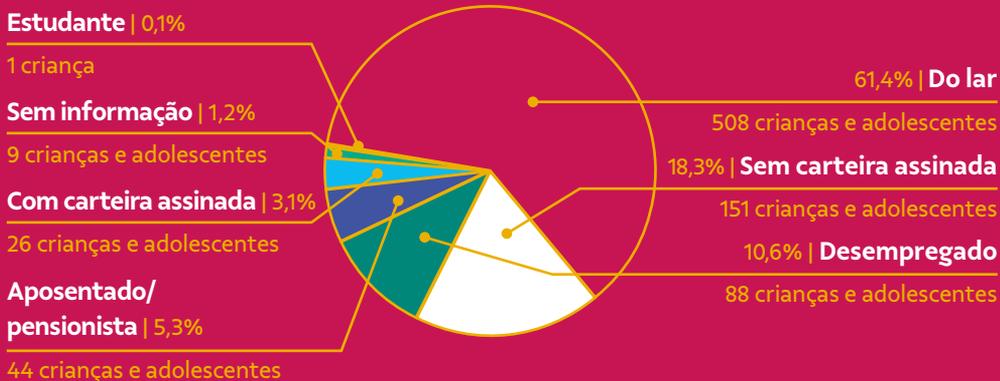
Idade da mãe

(quando da identificação pelo Territórios em Rede)

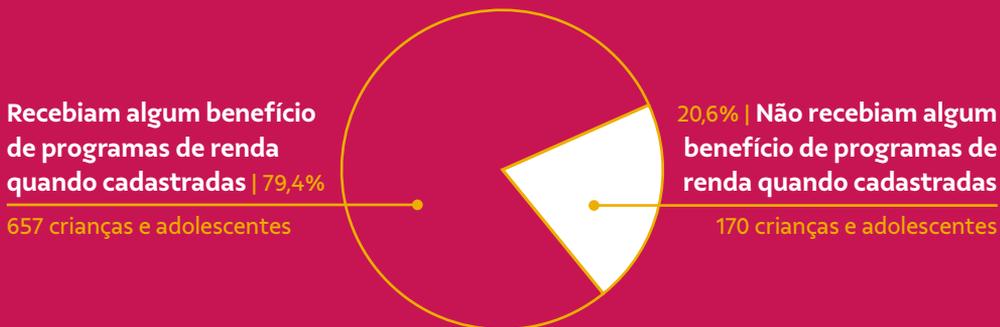


Trabalho e renda

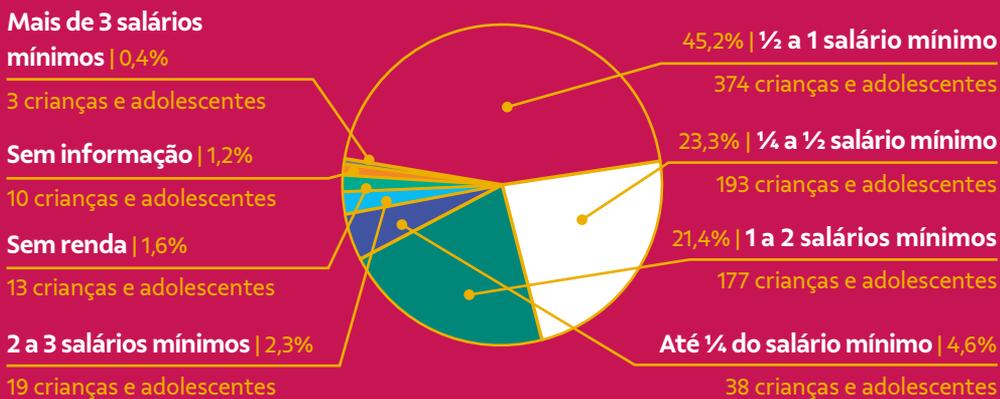
Ocupação dos responsáveis



Beneficiários de programas de renda



Renda familiar



Destaques

Desigualdade Racial

- 77,4% das crianças e/ou adolescentes em situação de exclusão escolar são negras (somando as categorias preta e parda), refletindo desigualdades raciais profundas na comunidade. Esta proporção sugere que este segmento da população enfrenta barreiras específicas no acesso à Educação, possivelmente ligadas a questões econômicas, discriminação racial e falta de representatividade.

Desigualdades de Gênero

- **Distribuição por sexo:** A distribuição entre meninos (53,2%) e meninas (46,8%) sugere que os desafios educacionais afetam ambos os gêneros. A maior proporção de meninos fora do sistema educacional indicam que eles podem estar mais suscetíveis a abandonar a escola, talvez devido a pressões socioeconômicas ou a expectativas sociais diferenciadas com relação à Educação para meninos e meninas. Por outro lado, desigualdades de gênero podem surgir em aspectos específicos, como a gravidez na adolescência, que afeta 10% das meninas entre 11 e 17 anos.
- **Configuração familiar:** A maioria das crianças e/ou adolescentes vive em lares chefiados por mães (84% têm a mãe como responsável), muitas das quais enfrentam desafios como desemprego ou trabalho informal. Mulheres no Brasil, especialmente pobres, pretas ou pardas, carregam uma dupla ou tripla jornada, combinando trabalho, cuidados com a casa e a família. Segundo o IBGE, mulheres dedicam quase o dobro do tempo que os homens em cuidados e afazeres domésticos. Esta sobrecarga pode limitar as oportunidades educacionais das mães e, por extensão, afetar o suporte que podem dar aos filhos na Educação.

Urgência das questões raciais!

A desigualdade racial no Brasil é profundamente enraizada e sistêmica, persistindo devido à insuficiência de políticas públicas voltadas para combatê-la. Segundo dados do IBGE (2018)¹², embora os indivíduos pretos e pardos constituam 56% da população brasileira, eles representam 71% daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza. Em contraste, os brancos compõem 27% deste grupo. A situação torna-se ainda mais grave, quando analisamos a extrema pobreza: 73% são negros, enquanto apenas 25% são brancos. Para criar uma sociedade mais justa, é essencial entender como cada segmento socioeconômico contribui para perpetuar o racismo, a fim de desenvolver abordagens eficazes para superá-lo.

No âmbito educacional, tal disparidade é flagrante. Lutar contra ela é fundamental para promover qualquer transformação significativa. Apenas com uma abordagem comprometida com uma Educação das Relações Étnico-Raciais e o enfrentamento do racismo podemos aspirar a uma sociedade mais justa e com maior igualdade.

Esta análise reforça a urgência de políticas públicas voltadas a mitigar as desigualdades raciais que se antepõem à efetivação do Direito à Educação, considerando acesso, permanência escolar e aprendizagem, por meio de uma abordagem antirracista, que contempla da esfera pedagógica à gestão escolar.

O compromisso com a política antirracista precisa, ainda, estar presente em todas as áreas de atuação do Estado Democrático de Direito, em especial, nas políticas sociais direcionadas à população negra.

12 Fonte: IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

Desigualdades Sociais e Econômicas

- Uma grande proporção de crianças e adolescentes (74,7%) vive em famílias com renda de até 1 salário mínimo, o que demonstra condições significativas de pobreza. Esta vulnerabilidade socioeconômica está intrinsecamente ligada à exclusão escolar. A falta de recursos pode levar à necessidade de as crianças e, sobretudo, os adolescentes contribuírem para o orçamento familiar, afetando sua capacidade de frequentar e se dedicar à escola.

Os dados fornecem uma visão detalhada da situação de exclusão escolar e das condições de vida de crianças e adolescentes no município, ressaltando áreas críticas que necessitam de atenção e intervenção.

O perfil da exclusão escolar de Eldorado do Carajás reflete desigualdades mais amplas observadas no Brasil, relacionadas à raça, ao gênero e à classe. As desigualdades interseccionais criam barreiras adicionais que precisam ser consideradas para garantir o acesso igualitário à Educação. A sobrecarga enfrentada pelas mulheres, especialmente em contextos de baixa renda e minorias raciais, destaca a necessidade de políticas públicas que abordem as desigualdades de gênero, raciais e socioeconômicas de maneira integrada.

Foto: João Vitor-Norte Sul Studio



Política Nacional de Cuidados

Em outubro de 2023, o Brasil publicou o Marco Conceitual para a formulação da **Política Nacional de Cuidados** e do **Plano Nacional de Cuidados**. O documento¹³, produzido por um Grupo de Trabalho Interministerial – coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social e das Mulheres e com mais de 20 pastas envolvidas, além de IBGE, Ipea e Fiocruz –, pretende conceituar o tema, reconhecendo a distribuição desigual do cuidado na sociedade brasileira. Compreendido como um direito, o cuidado pode ser ofertado e demandado por toda e qualquer pessoa ao longo da vida, mas em especial crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Entretanto, devido às desigualdades estruturais de gênero, recai sobre as mulheres, principalmente negras, este tipo de trabalho. Avanços na estruturação de serviços e políticas de Estado que reflitam a economia de cuidados, ou seja, que reconheçam e valorizem aquilo que é necessário para a manutenção da vida no seu cotidiano, podem representar mudanças importantes na reflexão sobre as condições necessárias para o acesso e a permanência de crianças e adolescentes nas escolas.

¹³ Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>



Cenários da exclusão escolar

Para melhor compreender a situação de exclusão escolar de crianças, adolescentes e suas famílias, foram reunidas informações sobre os motivos de não estarem matriculados, terem evadido ou abandonado os estudos ou, ainda, encontrarem-se infrequentes na escola.

Com base nas informações fornecidas pelas famílias, a equipe de sistematização categorizou os dados em dois grupos: (1) fatores internos à Rede Pública de Ensino e (2) fatores externos congregando outras situações, além da alçada da escola, que impedissem a garantia do Direito à Educação.

Motivos da exclusão escolar:¹⁴

Resumo

- Para 71,9% foi alegado como motivo principal a falta de renda, a situação de pobreza e a vulnerabilidade social ou questões familiares (595 crianças e/ou adolescentes).
- Para 11,4% foi alegado como motivo principal o ambiente escolar, a gestão educacional, a falta de vagas ou o desinteresse do estudante pela escolarização (94 crianças e/ou adolescentes).
- Para 14,3% foi alegado como motivo principal problemas de saúde da criança, do adolescente ou de familiar (118 crianças e/ou adolescentes).
- Nenhuma família alegou ocorrência de violências físicas, territoriais ou discriminação.

Fatores Externos à Educação em Eldorado do Carajás

- **Condições Socioeconômicas:** Em Eldorado do Carajás, 71,9% das crianças e adolescentes estão em famílias que citaram a falta de renda, situações de pobreza ou questões familiares como principais motivos para a exclusão escolar. Este alto percentual reflete as desigualdades socioeconômicas profundas na região, onde famílias enfrentam dificuldades financeiras que afetam diretamente o acesso à Educação.
- **Problemas de Saúde:** 14,4% das crianças e adolescentes estão em famílias que relataram problemas de saúde da criança ou de membros da família como uma barreira à Educação. Isso indica a necessidade de melhor integração entre os serviços de Saúde e Educação na região para apoiar crianças e famílias que enfrentam desafios de saúde.

Fatores Internos à Educação em Eldorado do Carajás

- **Oferta de vagas e qualidade da infraestrutura escolar:** 11,4% das crianças e adolescentes estão em famílias que mencionaram fatores como ambiente escolar inadequado e falta de vagas como razões para a exclusão escolar. Isso sugere que a qualidade do ensino e a infraestrutura educacional na região necessitam de melhorias para reduzir a taxa de exclusão escolar.
- **Gestão Educacional:** A exclusão escolar também pode ser produzida pela própria rede educacional, desde a reprodução de burocracias que dificultam o acesso à escola, até a falta de atuação no sentido de adequar a oferta escolar às reais demandas da população.
- **Currículo e Diversidade Cultural:** Não há dados específicos de Eldorado do Carajás sobre a relevância cultural do currículo, mas, de maneira geral, um currículo que não atende às necessidades e interesses dos estudantes pode contribuir para o desinteresse, discriminação e a evasão escolar.

Os dados de Eldorado do Carajás revelam, ainda, a interconexão de fatores internos e externos da exclusão escolar. Enquanto problemas socioeconômicos e de saúde representam desafios significativos à rede de proteção social, aspectos relacionados à gestão educacional, qualidade do ensino e infraestrutura escolar também devem ser levados em conta. Assim, uma abordagem intersetorial, que considere tanto o contexto socioeconômico quanto a qualidade da Educação, é fundamental para enfrentar efetivamente a exclusão escolar.



“O fracasso do projeto escolar assume crescente importância na formação social do sujeito, comprometendo o exercício de sua cidadania e, no limite, sua própria integridade física e intelectual.”

Marcelo Burgos, professor e pesquisador da PUC-Rio.¹⁵

Casos Ilustrativos

Articulação com Assistência Social e Saúde

Caso 1

Em um caso desafiador, a equipe do Territórios em Rede se deparou com uma situação complexa, envolvendo uma menina da zona rural, cujo acesso à Educação estava impedido pela falta de documentação. Ela vivia com sua mãe, que lidava com problemas de saúde mental, e sua avó. A ausência de documentos, especificamente a Declaração de Nascido Vivo (DNV), impedia sua matrícula escolar. Com a colaboração do Conselho Tutelar, a DNV da menina foi finalmente obtida. No entanto, enfrentou-se um novo desafio: a mãe havia perdido todos os seus próprios documentos, impossibilitando-a de assinar os papéis necessários para a filha. Graças aos esforços

¹⁵ BURGOS, M et al. Infrequência e Evasão Escolar: nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. In: **Revista Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro/RJ, n. 15, jul/dez, pp. 71-105, 2014.

conjuntos do Territórios em Rede e do Conselho Tutelar, a mãe foi orientada a regularizar seus documentos, possibilitando, conseqüentemente, a regularização da documentação da menina. Com relação à Educação, a menina, inicialmente matriculada no 1º ano, demonstrou tamanha dedicação e vontade de estudar que, apesar da defasagem idade-série, foi promovida ao 4º ano. Naquele momento, ela se destacava como uma aluna regular e com excelente desempenho escolar.

Caso 2

A equipe do projeto recebeu o nome de uma jovem via lista escolar. A adolescente já havia completado a maior parte do ano letivo quando seu bebê nasceu, restando apenas o último bimestre. Ela estava determinada a não ser reprovada, pois já possuía boas notas e estava disposta a realizar todas as tarefas em casa. Diante dessa situação, a adolescente planejava procurar o Ministério Público em busca de uma solução, quando o TR interveio, sugerindo uma mediação com a escola. Embora alguns professores, inicialmente, tenham se mostrado relutantes, alegando que a situação dela estava sendo facilitada demais – o que poderia ser visto como um privilégio com relação aos outros estudantes, chegando até a sugerir que ela conseguisse um carrinho de bebê para ir à escola – outros professores e a direção da escola demonstraram reconhecimento dos seus direitos e empatia pelo momento delicado pelo qual passava a adolescente. Após uma análise mais consistente, concordaram em enviar as tarefas escolares para que ela pudesse realizá-las em casa, permitindo, assim, que a aluna fosse aprovada.

Caso 3

A equipe de campo relata que contactou uma família em extrema vulnerabilidade social, na qual vários de seus integrantes faziam uso prejudicial de álcool e outras substâncias. A família se encontrava com o CadÚnico desatualizado, sendo que essa era a principal fonte de renda, além do trabalho de catação de latinhas. A equipe do projeto conseguiu que, após

três meses de bloqueio, uma assistente social visitasse a família e desbloqueasse o benefício do Bolsa Família. Igualmente, a equipe acompanhou os adolescentes cadastrados, que conseguiram voltar para a escola. A família também foi encaminhada para o CREAS.

Em todos os relatos, houve uma interligação de fatores que levavam ao ciclo da exclusão escolar, e que exigem uma abordagem multidimensional envolvendo a colaboração de várias partes interessadas, escolas, organizações sociais e serviços de Saúde e Assistência Social. No Caso 3, as reuniões presenciais de mediação entre a estudante/família e a escola foram imprescindíveis para solucionar o problema. O Territórios em Rede atuou como mediador no diálogo entre a adolescente e a escola, tornando possível que ela cumprisse suas atividades escolares e não perdesse o ano letivo. A criação de políticas e programas que garantam o acesso aos direitos de cidadania e proporcionem a devida proteção social às famílias, auxiliando-as a superar a pobreza, combatam o preconceito, a discriminação, o trabalho infantil e ofereçam orientação e apoio aos jovens quanto ao uso prejudicial de substâncias tóxicas são passos fundamentais para enfrentar desafios complexos, e assegurar que todos tenham a oportunidade de obter uma Educação de qualidade.

Para lembrar!

Há um acervo de material e vídeos/documentários publicados no Canal YouTube do Projeto: <https://www.youtube.com/@territoriosemrede9479>



👉 Canal YouTube do projeto.



Equipe em Busca Ativa Escola. Novembro/2021

Fonte: João Vitor Norte Sul Studio

Intersetorialidade

Os casos narrados, de forma breve, revelam a busca e a importância da lógica intersetorial orientando as ações da equipe do Territórios em Rede, em Eldorado do Carajás.

Ao buscar trabalhar em conjunto com diversos setores das políticas sociais e atores institucionais, o projeto visava abordar as múltiplas causas da exclusão escolar e fornecer soluções imediatas e/ou abrangentes, que criassem condições para que crianças, adolescentes e suas famílias acessassem direitos. A equipe atuou como uma ponte entre as famílias e os serviços essenciais, realizou articulações junto ao CRAS, CREAS, CT, escolas ou Unidades de Saúde, incluindo visitas domiciliares, distribuição de cestas básicas e, até mesmo, o agendamento e acompanhamento de consultas médicas.

Ao lançar luz sobre a questão da exclusão escolar, a Rede Municipal de Ensino começou a se reorganizar, pós-pandemia, para produzir informações necessárias à Busca Ativa. Isso incentivou o monitoramento periódico da frequência

escolar, o mapeamento dos casos de abandono e a facilitação dos entraves de matrícula, dentre os quais aceitar a matrícula em qualquer momento do ano letivo e articular documentações pendentes com a rede de proteção, sem impedir o restabelecimento do vínculo escolar.



18ª reunião do Comitê Gestor Intersetorial

Foto: Banco de Imagens do projeto, 2023.

Com a participação de representantes das Secretarias de Saúde e Educação, do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), da APAE e da Fundação Vale, a equipe promoveu a 18ª reunião do Comitê Gestor Intersetorial. Além da apresentação dos dados obtidos pelo projeto, de outubro de 2021 a agosto de 2023, foram tiradas dúvidas, discutido os casos e apresentada a nova fase do projeto, bem como as iniciativas de enfrentamento da exclusão escolar na Plataforma BAE/Unicef.



Resultados e impactos

Com uma meta inicial de 700 identificações, o número alcançado em Eldorado do Carajás evidencia o desafio do combate à exclusão escolar enfrentado na região. Ao mesmo tempo, a equipe do projeto demonstrou sua capacidade de incidir diretamente no território: entre 827 crianças e/ou adolescentes identificados, 805 voltaram para a escola ou permaneceram nela, ou seja, uma taxa de sucesso de 115% em relação à meta.

- 175 crianças ou adolescentes estavam fora da escola e 153 foram matriculados (87,4%).
- 652 crianças ou adolescentes estavam em risco de evasão (infrequentes) e todos foram reinseridos (100%)

	Identificados	Inseridos	Meta	Alcance da meta
Eldorado do Carajás	827	805	700	115%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Métodos de Identificação e Resultados

No projeto Territórios em Rede de Eldorado do Carajás, a Busca Ativa escolar foi a principal forma de localização das crianças e adolescentes fora da escola, representando 80,9% das crianças e adolescentes cadastrados. Em seguida, o processo de produção e validação das listas produzidas pela rede de ensino, que incluíam dados de unidades escolares ou de secretarias de Educação sobre abandono e infrequência, representaram 14,6%. O desdobramento dessas listas, ou seja, uma indicação feita por alguém contatado a partir da lista, contribuíram com mais 1%.

Além dessas estratégias, 2,2% dos cadastrados foram fruto de demanda espontânea, isto é, quando o projeto foi procurado espontaneamente pela família. As indicações diretas da rede articulada também contribuíram: equipamentos públicos da Assistência Social, como CRAS, CREAS e Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) sendo responsável por 0,6% das identificações; os equipamento público de saúde como UBS, UPA, CAPS e Agente Comunitário de Saúde, por 0,2%; e organização da sociedade civil, instituição religiosa ou comércio local, por 0,5%.

Estratégias de identificação	Crianças e adolescentes identificados	%
Busca Ativa: abordagem ativa	669	80,9%
Listas oficiais da Educação: de unidade escolar ou de secretarias de Educação (abandono, infrequente, distorção idade-série)	121	14,6%
Desdobramento a partir das listas oficiais (indicação recebida no atendimento).	8	1%
Demanda espontânea: projeto procurado pela família ou respondente.	18	2,2%
Indicação de equipamento público da Assistência Social como CRAS, CREAS, SEAS	5	0,6%
Indicação de organização da sociedade civil, instituição religiosa, comércio	4	0,5%
Indicação de equipamento público de Saúde como UBS, UPA, CAPS e agente comunitário de Saúde	2	0,2%
Total	827	100%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Ao mesmo tempo, a equipe do Territórios em Rede desempenhou importante papel ao articular as demandas do território com a gestão pública, buscando promover a integração da rede de proteção e do sistema de garantias dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Sistematicamente, ao apresentar para a Secretaria de Educação os motivos da exclusão escolar identificados, por escola, por bairro, por etapa de ensino e o perfil socioeconômico de crianças, adolescentes e suas famílias, foi possível contribuir para o planejamento das redes, sua autoavaliação, além de proporcionar insumos para a reformulação de projetos políticos pedagógicos orientados para o acolhimento de estudantes vulnerabilizados socialmente, e de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar. Contudo, trata-se, de um processo lento, que teve como aposta o caminho da formalização de uma política pública intersetorial que desse a estas ações um caráter perene e efetivo.

Para alcançar estes resultados, foram realizadas **7.382 ações de acompanhamento** a crianças, adolescentes e famílias, para orientações e encaminhamentos necessários à inserção escolar das crianças e adolescentes. Para tais atendimentos, foram realizadas **6.154 visitas domiciliares** e **2.636 contatos remotos**. Dos **129 encaminhamentos** feitos pela equipe visando à reinserção escolar e/ou inclusão:

- **69** foram para a Assistência Social;
- **19** para a Saúde;
- **33** para a Educação;
- **4** para o Conselho Tutelar e
- **4** para outras instituições da sociedade civil.

Incidência Política

O Territórios em Rede busca apoiar a consolidação de políticas públicas interseoriais de prevenção e combate à exclusão escolar, formalmente reconhecidas pelo município. Além disso, visa capacitar os agentes públicos envolvidos para a efetiva implementação destas políticas.

Há uma série de ações realizadas, em diferentes etapas e conforme a disponibilidade dos municípios em prosseguir com as orientações fornecidas, de modo que a experiência da incidência política em cada município é única e progressiva.

Na 19ª reunião do Comitê Gestor Intersectorial de Eldorado do Carajás houve a apresentação dos avanços do trabalho de Busca Ativa escolar e das estratégias para a

criação de um plano de comunicação comunitária para o enfrentamento da exclusão escolar. O encontro contou com a presença de representantes da Fundação Vale, da Secretaria Municipal de Educação, do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), da APAE, das unidades de Saúde e da gestora de comunicação, Daniele Moura.



Foto: Banco de imagens do projeto.

A implementação da metodologia do Territórios em Rede, por meio de suas ações diretas no município, para a inserção escolar de crianças e adolescentes, inicia um percurso de incidência prática, a partir do estabelecimento de rotinas, fluxos, produção de informações e ações interseoriais e de mobilização, orientadas ao atendimento dos casos identificados.

Paralelamente, se estabelecem espaços específicos de gestão das práticas instauradas, como o Comitê Intersectorial, mas também outros fóruns são criados ou fortalecidos em nível local, reunindo equipamentos públicos e sociedade civil em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar, incentivando que permaneçam ativos, inclusive por meio de sua institucionalização.

Além disso, ações formativas são conduzidas com a finalidade de capacitar agentes públicos na atuação da Busca Ativa e demais estratégias necessárias à implementação de uma política pública permanente, voltada para esta agenda. É necessário destacar que as ações realizadas são construídas de forma dialógica com os representantes municipais, com especial adesão das pastas de Educação, Assistência Social e Saúde, dentre outras.

As ações necessárias para o aprimoramento das políticas públicas com foco no enfrentamento da exclusão escolar podem ser muitas, porém em cada município é importante compreender quais os caminhos possíveis e quais as demandas que se apresentam com mais força. A Mandala a seguir reúne um conjunto de ações possíveis nessa direção, organizando um potencial de atuação com base na metodologia desenvolvida pelo Territórios em Rede.

Ações de incidência para a política pública



Em Eldorado do Carajás, o trabalho de incidência política começou desde o início do projeto, estabelecendo uma rotina de articulação e acompanhamento com as Secretarias ligadas à temática. Inicialmente, foram realizadas reuniões setoriais para definir fluxos de identificação de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar, com base nas práticas já adotadas em seus respectivos programas. Com base nas potencialidades identificadas, iniciou-se uma dinâmica contínua de mediação entre as diferentes áreas da administração pública, visando promover uma ação intersetorial coesa.

Assim, o Comitê Gestor Intersetorial estabeleceu uma dinâmica de reuniões interdisciplinares mensais, com o objetivo de compreender o fenômeno da exclusão escolar, envolvendo a análise de casos reais atendidos, as características da população identificada nesta situação e os desafios enfrentados pela rede de proteção.

O Comitê Intersetorial realizou 24 reuniões, uma por mês, no transcorrer de todo o projeto.

As seguintes Secretarias e instâncias públicas participaram do fórum de debates:

- SEMED – Secretaria Municipal de Educação
- SEMAPS – Secretaria Municipal de Assistência e Proteção Social
- SMS – Secretaria Municipal de Saúde
- CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- CT – Conselho Tutelar
- ASDUR – Associação Solidária de Desenvolvimento da Zona Urbana e Rural

Neste sentido, teve destaque, ainda, a adoção da estratégia Busca Ativa Escolar – uma iniciativa do Unicef e da Undime¹⁶ para municipalizar as gestões municipais

com ferramentas e metodologias de enfrentamento da exclusão escolar – como um caminho para promover a estruturação de uma política pública, por meio de formações destinadas à utilização da plataforma *on-line* que o programa disponibiliza, assim como da apropriação metodológica das ações de Busca Ativa Escolar e do trabalho intersetorial. Desse modo, estabeleceu-se, com a Prefeitura de Eldorado do Carajás, um processo de trabalho que realizou, desde o incentivo para a adesão do município à estratégia até ações de assessoria com vistas à aprendizagem sobre seu funcionamento e operação: orientação para a organização dos fluxos intersetoriais; formulação de plano de trabalho; capacitação de equipes (orientadores pedagógicos, agentes comunitários de Saúde, assistentes sociais, conselheiros tutelares, entre outros); e estímulo à autonomia para a condução do Comitê Gestor Intersetorial.

Busca Ativa Escolar (Unicef/Undime)

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizada, gratuitamente, para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo Unicef, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados têm dados concretos que possibilitam planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos de meninas e meninos.

A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento, etc.

– fortalecendo, desta forma, a rede de proteção. Cada Secretaria e profissional tem um papel específico, que vai desde a identificação de uma criança ou um adolescente fora da escola ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua (re)matrícula e sua permanência na unidade de ensino.

Todo o processo é acompanhado por ferramenta tecnológica, que funciona como um grande banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas, armazena dados sobre cada caso acompanhado, e apoia na gestão das informações sobre a situação da criança e do adolescente no município e/ou estado. A ferramenta pode ser acessada em qualquer dispositivo, como computadores de mesa, computadores portáteis, *tablets*, mensagens (SMS) ou celulares (*smartphones*). Há também formulários impressos para facilitar o uso dos profissionais que não têm acesso a dispositivos móveis.

Fonte: Busca Ativa Escolar Página inicial. <https://buscaativaescolar.org.br/>

Como avanços obtidos com a atuação, podem ser ressaltados:

- Adesão à Busca Ativa Escolar, iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e acompanhamento para sua implementação;
- Realização de comitês formativos ampliados com temáticas sobre o Sistema de Garantia de Direitos;
- Realização de estudos de caso, proporcionando atendimento integral pela rede às famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Criação dos Fóruns Intersetoriais Descentralizados com os profissionais das escolas, unidades de Saúde e equipamentos da Assistência Social,

sociedade civil e conselhos tutelares que atuam localmente, mediante reuniões mensais;

- Formações dos agentes públicos sobre a metodologia da Busca Ativa escolar e intersetorialidade;
- Formalização do Comitê Gestor Intersetorial, por meio de Decreto Municipal, que institui a Busca Ativa escolar como política de enfrentamento da exclusão escolar.

Como desafios do grupo e do próprio processo de trabalho, entende-se a dificuldade em estabelecer uma cultura (práxis) intersetorial, resistência de alguns agentes públicos a uma nova agenda de trabalho, dificuldade na definição de representantes fixos, ocasionando instabilidade e rotatividade de participantes, conflitos internos à gestão pública sobre o escopo de atuação exigido de cada pasta e programa, pouca capacidade resolutiva dos participantes e preocupação com a sustentabilidade da iniciativa.

Além do trabalho intersetorial no nível da gestão municipal, foram criados e desenvolvidos os grupos de trabalho locais, incluindo participantes da rede de proteção social no nível dos equipamentos públicos localizados nos bairros, com atendimento direto à população, como as escolas, os CRAS, as UBS, os Conselhos Tutelares, além de representantes da sociedade civil. A experiência teve início ao final do trabalho de campo da equipe de articuladores locais, com o objetivo de manter a mobilização necessária para a continuidade dos atendimentos aos casos de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar pelos agentes públicos locais.



Foto: Banco de Imagens do projeto,2023.

A equipe de Eldorado do Carajás com o representante das secretarias municipais.

O Territórios em Rede incidiu, ainda, sobre a maneira como as famílias vulnerabilizadas eram atendidas na rede de proteção social. Ao invés de esperar que as famílias viessem até elas, as articuladoras visitavam, ativamente, os serviços, explicando cada caso em detalhes. Isso não só acelerava a resolução dos problemas, mas garantia que fossem tratados de forma efetiva.

A construção de respostas intersetoriais permitiu que diferentes setores trabalhassem juntos para enfrentar o problema da exclusão escolar de maneira multidimensional e sistêmica, considerando os diferentes aspectos relacionados ao fenômeno. Em algumas experiências, a colaboração entre diferentes

setores e serviços levou a uma utilização mais racional dos recursos, evitando duplicações de agendas, redundâncias de ações e aproveitando as sinergias entre as diferentes áreas, com metas e objetivos comuns, além de profissionais responsáveis por diferentes programas.

Com base nesta experiência, pode-se inferir que a intersectorialidade e a articulação de redes viabilizaram o atendimento a famílias, além de receberem acompanhamento direto, mesmo quando houve mudança de demandas ou quando se deslocaram entre diferentes serviços ou setores. A recorrência do acompanhamento é uma estratégia necessária diante de condições de vida que apresentam desafios tão graves e complexos; dito de outra forma, a articulação de diferentes setores e serviços em torno de uma causa comum pode ampliar e fortalecer a incidência em políticas públicas, ampliando a defesa por recursos e o aprimoramento das condições de trabalho.

Foto: João Vitor-Norte Sul Studio



Foto: João Vitor-Norte Sul Studio



Considerações e aprendizagens



“Qualquer país que se digne a proteger e garantir direitos precisa de uma Educação que seja para todas as pessoas e que, no caso do Brasil, supere a histórica negligência ao Direito à Educação.”

— Natacha Costa, Diretora da Cidade Escola Aprendiz¹⁷

A fim de garantir a sustentabilidade das conquistas do Territórios em Rede e disseminar a metodologia e os achados que podem contribuir para as práticas e políticas da localidade, foram sistematizadas algumas considerações, e apresentadas as recomendações a seguir, que constituem os aprendizados do projeto em Eldorado do Carajás:

Quanto ao fluxo e monitoramentos das informações

- Criação de um sistema integrado das políticas sociais, com incentivo à utilização do CPF como código único de identificação;
- Alimentação permanente do sistema integrado, com informações atualizadas sobre crianças, adolescentes e famílias, além de atendimentos (incentivo à atualização regular dos dados nas escolas);
- Definição de um fluxo permanente sobre estudantes infrequentes, com incentivo ao controle diário da frequência escolar;

¹⁷ Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-integral-qual-o-sentido-de-mais-tempo-na-escola>

- Melhoria do aproveitamento da ficha de matrícula dos estudantes para ampliação do conhecimento sobre o perfil discente, como insumo para a gestão escolar e o projeto político pedagógico;
- Não exigência de declaração escolar anterior no ato da matrícula, uma vez que o histórico da criança ou do adolescente permanece no sistema de gestão acadêmica (para os casos de estudante que já passou pela rede) e, muitas vezes, se tornava um impeditivo para a matrícula;
- Parceria com os órgãos públicos e o estabelecimento de um caminho firmado entre as entidades, a fim de regulamentar os fluxos e a troca de informações com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Quanto ao acesso à escola

- A mediação entre a demanda das famílias e a oferta de vagas na Rede pública de ensino revelou que as vagas oferecidas nem sempre atendem às necessidades das famílias, seja pela distância ou necessidade de transporte, pelo horário ou disponibilidade de vagas para irmãos na mesma escola, por questões específicas relacionadas aos estudantes com deficiência e à saúde, ou, ainda, por problemas relacionados às fronteiras físicas e simbólicas que impedem o trânsito entre localidades próximas;
- O retorno do ensino presencial mostrou a necessidade de ampliação de recursos financeiros e humanos para reverter os déficits de aprendizagem e escolarização dos estudantes, a perda de matrículas e o aumento do abandono escolar. Soma-se a estas demandas, o contínuo investimento em formação continuada e o acompanhamento dos profissionais da Educação no desenvolvimento de estratégias pedagógicas capazes de superar os desafios ligados às aprendizagens;
- Ampliação e qualificação da divulgação de informações sobre a matrícula, com maior capilaridade nos territórios mais vulneráveis e com a garantia

de profissionais capacitados para o acompanhamento e a orientação adequada às famílias. As informações devem ser compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes na localidade, para que toda a rede de proteção possa orientar devidamente os responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes;

- Implantação de protocolo interno da Secretaria de Educação quanto ao atendimento legal para casos de crianças e/ou adolescentes sem documentação (certidão de nascimento, comprovante de escolaridade, etc.);
- Ampliação da oferta do transporte escolar e do transporte público sem custo para estudantes e para os responsáveis que os acompanham no trajeto para a escola;
- Definição de estratégias para situações que dificultam o acesso de crianças e adolescentes à escola, como unidades escolares distantes da residência ou instaladas em áreas de risco, exclusão de “estudantes-problema” (comumente considerados de natureza comportamental, indisciplina e/ou baixo aproveitamento nos estudos), em cumprimento de medida socioeducativa, inexistência de vagas para irmãos na mesma escola, e outras, a fim de resolvê-las a contento.

Quanto ao trabalho das escolas

- Construção e/ou revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, incluindo formas de prevenção da exclusão de estudantes em situação de infrequência e a adoção de uma perspectiva inclusiva e equitativa;
- Adoção de uma perspectiva antirracista, de enfrentamento às desigualdades de gênero e da defesa de uma Educação laica em todas as esferas da gestão educacional, gestão escolar e atuação pedagógica;
- Criação de estratégias específicas para a garantia das condições de aprendizagem para crianças e adolescentes em risco de exclusão, no que diz respeito à promoção e à permanência na escola;

- Compromisso da escola com o abandono “zero”;
- Estímulo à organização dos estudantes e ao protagonismo juvenil, para a prevenção da exclusão e pela promoção de melhorias no ambiente escolar e das relações interpessoais;
- Formação continuada dos profissionais da Educação e desenvolvimento de práticas de gestão e pedagógicas, que efetivem uma aprendizagem equitativa, considerando as desigualdades raciais, de gênero, em relação a pessoas com deficiência e territoriais;
- Formação continuada para professores, preparando-os para atender às diversas necessidades dos estudantes e para o ensino em um ambiente pós-pandemia;
- Ampliação da oferta educativa, com diversificação de tempos, espaços e linguagens, incluindo artes, esportes e atividades extracurriculares, com vistas ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Quanto ao trabalho da rede de proteção social junto às famílias e escolas

- Ampliação de programas de transferência de renda para famílias em situação de pobreza, assegurando que as necessidades econômicas não levem os adolescentes ao trabalho precoce e desprotegido, permitindo que se concentrem exclusivamente em sua escolarização e aprendizagem;
- Investimento em serviços de saúde mental e bem-estar nas escolas e unidades de Saúde, para apoiar o desenvolvimento emocional e psicológico dos estudantes, especialmente das adolescentes gestantes;
- Envolvimento comunitário e familiar com a participação ativa da comunidade e dos responsáveis na Educação, criando uma rede de apoio ao redor dos estudantes e fortalecendo a comunidade escolar;

- Promoção de parcerias e mobilização das instituições locais (associações de moradores, igrejas, ONGs, comércios locais e equipamentos públicos, entre outros) para o engajamento das comunidades em torno do compromisso de superar a exclusão escolar. É fundamental que as informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes na localidade, para que toda a rede de proteção possa orientar devidamente os responsáveis;
- Promoção de campanha permanente pela causa da garantia do Direito à Educação, com ampla mobilização, por meio de diversos recursos já disponíveis e estratégias de comunicação (cartazes, folhetos, *folders*, panfletagem, carro de som, etc.) de forma planejada, para maior efetividade dos resultados.

Quanto à intersetorialidade e colaboração

- A construção de respostas intersetoriais permitiu que diferentes setores trabalhassem juntos para enfrentar o problema da exclusão escolar de maneira multidimensional e sistêmica, considerando-se diferentes aspectos relacionados ao fenômeno;
- A colaboração entre setores e serviços levou à utilização mais racional dos recursos, evitando duplicações de agendas, redundâncias de ações e aproveitando as sinergias entre as diferentes áreas, com metas e objetivos comuns, além de profissionais responsáveis por diversos programas;
- A articulação de redes de serviços, para atendimento das demandas das famílias, permitiu que os sujeitos e as comunidades tivessem acesso a um conjunto mais amplo de oportunidades e direitos, sem a qual possivelmente teriam encontrado maiores dificuldades para acessar;
- A articulação de diferentes setores e serviços em torno de uma causa comum amplia e fortalece a *advocacy* e a incidência em políticas, ampliando a defesa por recursos e o aprimoramento das condições de trabalho;

- A ativação dos territórios da cidade em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar promove a colaboração entre os equipamentos públicos e a integração dos serviços de Educação, Saúde, Assistência Social, sociedade civil, entre outros, fortalecendo os vínculos comunitários e o sentimento de pertença;
- A interação entre setores e profissionais permite a troca de conhecimentos e os incentiva a melhores práticas, aprimorando a reflexão sobre o atendimento prestado, ampliando o conhecimento sobre o que cada Secretaria oferece, seus desafios e estratégias, de modo a fortalecer uma cultura de trabalho intersetorial.



Territórios em Rede

Você conhece crianças ou adolescentes de Eldorado dos Carajás que não estão estudando?

Envie uma mensagem que o projeto Territórios em Rede pode te ajudar!

WhatsApp: (04) 99213-8557



Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:

